

UNIVERSIDAD DE NAVARRA
FACULTAD DE TEOLOGÍA

Nuno Miguel CARVALHO VIEIRA

**O SEMINÁRIO EPISCOPAL DO PORTO
1804-1949**

Extracto de la Tesis Doctoral presentada en la
Facultad de Teología de la Universidad de Navarra

PAMPLONA
2001

Ad normam Statutorum Facultatis Theologiae Universitatis Navarrensis,
perlegimus et adprobavimus

Pampilonae, die 15 mensis maii anni 2001

Dr. Henricus DE LA LAMA

Dr. Caesar IZQUIERDO

Coram tribunali, die 21 mensis novembris anni 2000, hanc
dissertationem ad Lauream Candidatus palam defendit

Secretarius Facultatis
Eduardus FLANDES

Excerpta e Dissertationibus in Sacra Theologia
Vol. XL, n. 6

APRESENTAÇÃO

A presente tese sobre o Seminário Episcopal do Porto não pretende ser um estudo exaustivo, mas antes uma aproximação à sua história. Em concreto, aqui, seleccionou-se um momento culminante que corresponde ao pontificado do Cardeal D. Américo dos Santos Silva e que se prolonga ao pontificado de D. António Barroso.

Parece obvio para todos que na presente hora histórica a crise da Igreja no ocidente europeu tem um dos seus expoentes mais dolorosos na crise dos seminários onde se formam os futuros sacerdotes. Talvez ante um espaço de tempo tão importante que interrompe a história poder-se-ia produzir um certo esquecimento da tradição formativa que na Península Ibérica remonta-se gloriosamente aos tempos visigóticos. É possível que daí surja tanto em França como em Espanha e Portugal a preocupação de fazer memória destas instituições tão veneráveis já que conectam com a questão da necessária sucessão —de garantir a sucessão generosamente por parte dos bispos, sucessores dos Apóstolos—. Se há alguma causa iminentemente pública e urgente essa causa é sobretudo a que faz referência à continuidade da sucessão apostólica. Já se compreende, portanto, que um trabalho sobre a história de um seminário não representa tudo na história de uma nação ou da Igreja nessa nação. Mas tão pouco se poderia entender como uma micro-história, como uma obra caprichosa y afiligorada de uma minúcia sem interesse universal. Talvez se se lograsse reconstruir as histórias dos seminários de Espanha e Portugal conseguiríamos prestar uma contribuição muito importante à história da Igreja nos nossos países para compreender a fluidez das sensibilidades dos pastores da Igreja —bispos, presbíteros, pastores e doutores— do clero secular. Nesse sentido ao presente trabalho pode-se aplicar o refrão: *Un grano no hace granero pero ayuda al compañero.*

Devo agradecer a algum professor universitário como D. Éfren Cuevas, D. Fernando Lopez Pan e D. Enrique Moros sus valiosas correcciones. A

D. Enrique de la Lama, director da minha tese. Sei que lhe dou uma alegria se o recorde sempre como amigo. Ensinou-se até ao fim do trabalho que há que amar o próprio labor e que há que sentir a fraternidade com os bispos e com todo o clero. E, também, porque é de justiça tenho que dedicar umas palavras profundamente sentidas aos meus pais e à minha irmã. O que por eles sinto não o devo dizer aqui.

INDICE DA TESE

INTRODUÇÃO	11
SIGLAS E ABREVIATURAS	21

CAPÍTULO I

O SEMINÁRIO EPISCOPAL DO PORTO ATÉ 1862

1. A FORMAÇÃO DO CLERO PORTUGUÊS ANTERIOR A TRENTO	24
1.1. Teólogos portuenses dos séculos XIV e XV	25
1.2. O clero em Portugal no século XVI e sua decadência	27
1.3. A Reforma da formação do clero no Concílio de Trento	40
1.4. A chegada ao Porto da Companhia de Jesus	43
2. DAS TENTATIVAS Á FUNDAÇÃO E EXTINÇÃO DO SEMINÁRIO DE SANTO ANTÓNIO	50
2.1. O Decreto Tridentino <i>Cum Adolescentium Aetas</i> e sua execução na Diocese do Porto	50
2.2. O Seminário Episcopal do Porto	56
2.2.1. Iniciativas prévias à fundação do Seminário	56
2.2.2. Da fundação à extinção do Seminário de Santo António	61
3. AQUISIÇÃO DO COLÉGIO DE S. LOURENÇO NO PERÍODO LIBERAL ..	73
3.1. O clero portuense no tempo das Cortes Constituintes	73
3.2. D. Fr. Manuel de Santa Inês e o cisma religioso (1832-1842) ..	76
3.3. A Lei da Desamortização	82
3.4. O Colégio de S. Lourenço	85
4. A FORMAÇÃO DOS CANDIDATOS AO SACERDÓCIO ENTRE 1832-1862 ..	89
4.1. Estudantes de Coimbra naturais do Porto	95
4.2. A Lei de Desamortização de 1834 e os Seminários	98
4.3. O Curso bienal de estudos eclesiásticos	100
4.4. Os mestres da Escola do Paço	102
4.5. Um aluno peculiar: Camilo Castelo Branco	104

CAPÍTULO II

O SEMINÁRIO DO PORTO (1862-1949)

1. REABERTURA DO SEMINÁRIO EPISCOPAL (1862-1872)	116
1.1. D. João de França Castro e Moura	117
1.2. O primeiro livro de actas do Conselho de Professores	120
2. A ÉPOCA DE OURO DO SEMINÁRIO DO PORTO (1872-1918)	123
2.1. O Cardeal D. Américo (1872-1899)	123
2.1.1. Contexto social, cultural e religioso do seu tempo	132
2.1.2. O Reformador do Seminário do Porto	139
2.1.3. Os Estatutos de 1872	144
2.1.4. Discursos e alocuções	145
2.2. D. António Barroso (1899-1918)	172
2.2.1. Contexto social e político do seu pontificado	175
2.2.1.1. O fim do Regime Concordatário	177
2.2.1.2. Os anos difíceis das primeiras Repúblicas	181
2.2.1.3. A Desamortização de 1911 e o Seminário do Porto	184
2.2.1.4. A fundação do Colégio Português de Roma ..	188
2.2.2. Tempo de provação	195
2.3. Homenagendo Seminario a D. Américo e a D. António Barroso	201
3. A BULA DA CRUZADA E A ECONOMIA DO SEMINÁRIO 1852-1911 ..	204
4. ATÉ ÀS VÉSPERAS DO CONCÍLIO VATICANO II	209

CAPÍTULO III

O REGIME INTERNO DO SEMINÁRIO DO PORTO

1. O ANO ACADÉMICO	216
1.1. A Oração de Sapiencia na abertura do ano lectivo	216
1.2. O calendário e horário escolar	224
1.3. As refeições	225
1.4. O vestuário do Seminarista	226
1.5. A disciplina	226
1.6. O Passeio semanal	233
2. A VIDA ESPIRITUAL DOS SEMINARISTAS	234
2.1. A vida espiritual segundo os Estatutos	234
2.2. A direcção espiritual	236
2.3. Um manuscrito inédito	237
2.4. A formação ascética e as devoções	240
2.5. Um testemunho de espiritualidade: Rogério Sampaio	243
3. A FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS CANDIDATOS AO SACERDÓCIO	248
3.1. Evolução dos programas de estudos eclesíásticos	248
3.2. Os manuais académicos	253
3.3. As Academias de alunos	262

3.4. As Aulas de Música	263
3.5. As Academias literário-musicais	267
3.6. A Ala dos Cruzados Académicos	269
3.7. Os Circulos de Estudo	270
3.8. A Biblioteca do Seminário	275
3.8.1. Um Legado de gerações	275
3.8.2. Os Catecismos dos séculos XVI a XVIII	286
3.8.3. Os Manuscritos de Cantochão	291
4. UMA GRANDE ESCOLA	304
4.1. Os alunos	304
4.2. Os que chegaram ao episcopado	309
4.3. Os Prefeitos	320
4.4. Os Directores espirituais	321
4.5. Os Professores	325
4.6. Os Vice-Reitores	330
4.7. O Reitor Dr. António Ferreira Pinto	331
4.7.1. O Homem e o Reitor	331
4.7.2. Obra Literária	333
4.7.2.1. Obras de carácter geral	334
4.7.2.2. Publicações periódicas	337
4.7.3. O fim de uma Era	345
CONCLUSÃO	349
FONTES E BIBLIOGRAFIA	357
APENDICE DOCUMENTAL	371
ANEXO I	373
ANEXO II	409

BIBLIOGRAFIA DA TESE

A. FONTES

a) Fontes de Arquivo

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Cabido da Sé Catedral do Porto, Doc. 661, 1610, 1650, 1654.

Mitra, Doc. 52, 1811, 1842, 1856.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO

Livro de Vereações (1800-1832)

Livros: 82, 106, 111, 114, 116, 117, 119, 132, 134.

Livro de Próprias

Livros: 2, 5, 7, 17, 22, 28, 71, 76, 90, 95, 97, 99, 105, 140, 180.

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DO PORTO

Livro de Registo das Ordenações 1916-1949.

ARQUIVO DO SEMINÁRIO MAIOR DO PORTO

Livro de Registo dos Títulos do Seminário Episcopal de Santo António.

Livro de Matriculas do primeiro ano lectivo 1862-1949.

Manusr. 48. Orações quotidianas 1886.

Manuscritos avulso. Correspondência do Cardeal D. Américo.

BIBLIOTECA MUNICIPAL PÚBLICA DO PORTO

Ms. 1284. *Vida do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Manuel de Santa Inês.*

b) Fontes publicadas

CACEGAS, Luís, *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Mártires*, II, Livraria escolar, Braga 1890.

DIOCESE DO PORTO, *Um Herói da Epopeia Portuguesa no Ultramar, colaboração de antigos e actuais alunos do Seminário de Nossa Senhora da Conceição do Porto*, D. António Barroso, Porto 1931.

— *In Memoriam, colaboração dos antigos e actuais alunos do Seminário de Nossa Senhora da Conceição do Porto (1830-1930)*, Porto 1930.

- IMPRESA NACIONAL CASA DA MONEDA, *Consultas da Junta geral da Bula da Cruzada, 1868-1880.*
- *Conta da Junta Geral da Bula da Cruzada para subsídios aos Seminários e cursos eclesiásticos, 1882.*
- *Contas da Administração da Junta Geral da Bula da Cruzada, Relatório dos subsídios distribuídos aos Seminários e cursos eclesiásticos, 1882-1911.*
- PINTO, António Ferreira, *Memória histórica e comemorativa da Fundação, Mudança e Restauração do Seminário Episcopal do Porto*, Porto 1915.
- *O Seminário de Nossa Senhora da Conceição do Porto*, Porto 1933.
- *Actividade Pastoral*, Porto 1950.
- *O Seminário do Porto*, «O Tripeiro» 34 (1927) 149-150.
- *Homenagem da Diocese do Porto ao Ex.mo e Reverendíssimo Senhor Cardinal D. Américo, no primeiro centenário do seu nascimento, 1830-1930*, Porto 1930.
- *D. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro, Patriarca das Índias Orientais, arcebispo Metropolitano de goa e Damão, e Arcebispo titular de Cangranor*, Porto 1938.
- *Um herói da epopeia portuguesa no ultramar, D. António Barroso*, Porto 1931.
- *O Cabido da Sé do Porto, Curiosidades de pouca monta*, Porto 1948.
- *O Seminário do Porto (Grilos)*, «O Tripeiro» 35 (1927) 171.
- *Monsenhor Manuel Marinho*, BDP (1933).
- *O cabido da sé do Porto*, BCCMP I-III (1938).
- *Uma estatística, Ordenações*, BDP 1 (1931) 1-6.
- *Um centenário*, BCCMP I-IV (1938).
- *O Cabido da Sé do Porto, Subsídios para a sua História. Documentos e memórias para a História do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Porto 1940.
- PORTUGAL/CONCÍLIO PLENÁRIO, *Pastoral colectiva, decretos-documentos*, União gráfica, Lisboa 1931.
- PORTUGAL/IGREJA CATÓLICA, *Concordata e Acordo missionário de 7 de Maio de 1940*, Secretariado da Propaganda Nacional, 1948.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.), *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, II, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra 1992.
- SAMPAIO, Rogério, *Rogério Sampaio, Diário*, Seminário Teológico do Porto, Porto 1951.
- SEMINÁRIO MAIOR DO PORTO, *Regras sumárias ordenadas por determinação do Ex.mo Prelado*, Porto.
- SEMINÁRIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, *Gratidão e Justiça, homenagem dos Discípulos nas «Bodas de Ouro» do seu mestre Cônego Dr. António Ferreira Pinto*, Seminário Maior do Porto, Porto 1947.
- SILVA, D. Américo, *Estatutos provisórios dos dous Seminários Episcopales de Nossa Senhora da Conceição da Cidade do Porto e de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos*, Porto 1884; 1901.
- *Obras pastorais do Ex.mo Cardeal D. Américo, Bispo do Porto*, I-II, Porto 1901-1902.

B. BIBLIOGRAFIA

a) Obras de carácter geral

- ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, I-IV, Livraria Civilização, Lisboa-Porto, 1968-1970.
- ANDRADE, António, *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, ed. Resistência, Lisboa 1983.
- BIRMINGHAM, David-MARTÍNEZ GARCÍA, D., *História de Portugal*, Cambridge University Press, Cambridge 1995.
- CANGIOTTI, Gualtiero, *Portogallo, ieri-oggi*, Pàtron, Bologna 1977.
- CASTRO, José, *Portugal no Concílio de Trento*, I-III, União Gráfica, Lisboa 1944.
- CATROGA, Fernando, *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*, «Análise Social» 24 (1988) 211-273.
- CENACCHI, Giuseppe, *La Pedagogia Seminaristica nei documenti del Magistero Ecclesiastico*, Istituto Padano di Arti Grafiche, Rovigo 1964.
- CHANTAL, Suzanne-MORALES, María Luz, *Historia de Portugal*, Surco, Barcelona 1960.
- CIDADE, Hernani, *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra ed., Coimbra 1968.
- CLEMENTE, Manuel, *Igreja e sociedade portuguesa do Laicismo à República*, «Didaskalia» 24 (1994) 119-129.
- DUMEJJE, Gervais, *Historia de los Concilios ecuménicos*, XII, Eset, Vitória 1970. *Enchiridion Clericorum, Documenta Ecclesiae sacrorum alumnis instituendis*. Herder Saler, Roma 1938.
- Enchiridion Clericorum, Documenta Ecclesiae futuris sacerdotibus formandis*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma 1975.
- FERNANDES, Raúl de Matos, *Jornais do Porto (1896-1925)*, ed. Coimbra, Coimbra 1978.
- FERNÁNDEZ CLEMENTE, Eloy, *Portugal en los años veinte: los orígenes del Estado Novo*, Universidad de Valladolid, Valladolid 1997.
- FERNÁNDEZ SERRANO, Francisco, *Cinco cartas escritas en Trento durante el Concilio (1563)*, in *Il Concilio di Trento e la Riforma tridentina atti del Convegno Storico Internazionale-Trenti*, Herder, 1965.
- FERREIRA, Francisco Leitão, *Alphabeto dos lentes da insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*, Universidade de Coimbra, Coimbra 1937.
- GARCÍA GARCÍA, António, *Synodicon Hispanum*, II, BAC, Madrid 1992.
- JEDIN, Hubert, *Manual de Historia de la Iglesia*, V-VIII, Herder, Barcelona 1984.
- LANGA LAORGA, María Alícia, *La obra de Eça de Queirós como fuente histórica para el conocimiento de la sociedad portuguesa del último tercio del siglo XX*, Universidad Complutense, Madrid 1987.
- LAVIGNE, A. Germond, *Espagne et Portugal*, Livrarie Hachette, Paris 1890.

- MARQUES, A.H. Oliveira, *História de Portugal*, II, Palas ed., Lisboa 1984.
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, IV-VII, Estampa, Lisboa 1993.
- OGRIZEK, Doré, *Portugal*, ed. Castilla, Madrid 1957.
- OLIVEIRA, Miguel, *História eclesiástica de Portugal*, Europa-América, 1994.
- PALLAVICINO, Sforza, Cardenal, *Historia del Concilio de Trento*, ed. Martín Alegría, Madrid 1846.
- PERMON Abrantés, Laure, *Portugal a principios del siglo XIX: recuerdos de una embajadora*, trad. Alberto Insúa, ed. Espasa-Calpe, Buenos Aires 1945.
- ROLO, Raul Almeida, *Missão do Seminário segundo o Venerável D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, sep. «Lumen» 9 (1985) 3-17.
- SÁ, Vitor, *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1952)*, Seara Nova, Lisboa 1974.
- SERRANO, Carlos-DUVIOLS, Jean P.-MOLINIE B. Annie, *Les voies des Lumières: le monde ibérique au XVIIIe siècle*, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, Paris 1998.
- SERRÃO, Joaquim V., *História de Portugal*, VI-XII, Verbo, Lisboa 1986.
- SERRÃO, Joel-MARQUES, A. Oliveira, *Nova História de Portugal*, ed. Presença, Lisboa 1987.
- THILS, Gustave-LALOU, Jean, *Juventude e sacerdotio*, trad. J. Ferreira Gomes, Gráfica de Coimbra, Coimbra 1949.
- WOLTER, Hans, *Historia de los Concilios Euménicos*, Eset, Vitoria 1979.
- ZAMBARBIERI, Annibale, *Los Concilios del Vaticano*, trad. Padilla Moreno, S. Paulo, Madrid 1995.

b) Obras específicas

- ABREU, Adélio-MACHADO, F. N.-MATEUS, Luís, *Inventário dos manuscritos de cantochão da Biblioteca do Seminário Maior do Porto*, «Atrium» 9 (1991) 65-118.
- ALVES, Ângelo, *In Memoriam do Padre Luís Rodrigues, reitor da Igreja da Lapa e Professor do Seminário do Porto, compositor e musicólogo*, Porto 1981.
- *Subsídios para a História do Seminário do Porto, 1910-1920*, «Ensaio».
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira, *Vida e obra do Cardeal D. Américo*, «Lumen» 4 (1999) 242-246.
- BASTO, A. Magalhães, *D. António Barroso, Um Apóstolo nos tribunais*, «O Tripeiro» 3 (1946) 49-52.
- *1809: O Porto sob a Segunda invasão francesa*, Empresa literária fluminense, Lisboa 1926.
- *O Porto culto nos meados do século XIX*, «O Tripeiro» 35 (1927) 169-171.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho, *Camilo Castelo Branco e o Seminário do Porto*, Porto 1958.
- *Teologia, Filosofia e Direito na Diocese do Porto XIV-XV*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto 1960.

- BRÁSIO, António, *D. António Barroso, missionário, cientista e missiólogo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa 1961.
- BRAZ, Sebastião Oliveira, *Esboço Biográfico de D. António Barroso*, Livraria Portuguesa, Porto 1921.
- CARVALHO, Luís, *Um Porto Muito Antigo*, Dividendo ed., Porto 1996.
- COMISSÃO EPISCOPAL PARA OS SEMINÁRIOS, *Os Seminários em Portugal, estudo comemorativo do Decreto tridentino e a sua execução em Portugal*, Coimbra 1964.
- COSTA, Agostinho Rebêlo, *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, Livraria Progredior, Porto 1945.
- COUTINHO, Fernando, *Os catecismos da biblioteca do Seminário Maior do Porto do século XVI ao século XVIII*, «Atrium» 11 (1992) 63-65.
- CRUZ, António, *As invasões francesas e as suas repercussões na cidade do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto 1970.
- DANTAS, Júlio, *O Bispo do Porto D. António Barroso*, «O Tripeiro» 17 (1926) 264-265.
- DIAS, Augusto, *Bispos do Porto frente a frente*, Beira e Douro, Porto 1970.
- FÉLIX, José Maria, *Os nossos seminários*, tipografia Minerva, Vila Nova de Falmicão 1970.
- FERREIRA, J. Augusto, *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto*, I-II, Cruz e Companhia, Braga 1923.
- *Memórias para a História d'um Scisma (1832-1842)*, Cruz & C^a, Braga 1916.
- FONSECA, Fernando Taveira, *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*, Universidade de Coimbra, Coimbra 1995.
- FONSECA, Maria Lucinda-REIS, Deolinda, *Crescimento e diferenciação das áreas suburbanas de Lisboa e Porto*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa 1980.
- GUEDES, Armando Marques, *Esboço da História da Cidade do Porto*, Lello & Irmão, Porto 1958.
- IGREJA CATÓLICA, Concílio Plenário Português, *Pastoral Colectiva. Decretos e documentos*, Uniao Gráfica, Lisboa 1931.
- JORGE, Ricardo, *O Porto na Berlinda*, M. Lugan ed., Porto 1894.
- LEÃO, D. António Barbosa, *Indultos Pontifícios e Seminário*, BDP 11-12 (1929) 221-225.
- LEITE, António, *A Concordata de 1940: Portugal-Santa Sé: Jornadas de estudo nos 50 anos da Concordata*, Didaskalia, Lisboa 1993.
- MÁRTIL, German, *Los Seminarios hoy, problemas de formación sacerdotal*, ed. Sígueme, Salamanca 1954.
- MARTIMANGELI, Francesco, *Il carattere sacerdotale nel Concilio di Trento e nella Teologia contemporanea*, Curia Vescovile, Viterbo 1979.
- MATEUS, Luís; Abreu, Adélio, *A história das doações, formação da Biblioteca*, «Atrium» 7 (1990) 77-96.
- MENEZES, João Cardoso, *Os Seminários*, Porto 1924.

- MOREIRA, Domingos A., *Freguesias da Diocese do Porto, Elementos onomásticos alti-medievais*, BCCMP 1 (1973) 168-221.
- NETO, Vitor M. Pereira, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*, Faculdade de Letras, Coimbra 1996.
- NÓVOA, António-HAMELINE, Daniel, *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe. XXe. Siècle)*, I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa 1987.
- PEREIRA, Firmino, *O Porto d'outros tempos*, Lello & Irmão, Porto 1914.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, *No quarto centenário da publicação em Portugal dos Decretos do Concílio de Trento*, «Lumen» (1964) 1-11.
- *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses (séc. XIII-XV)*, «Lusitania Sacra» 10 (1978).
- PERES, Damião, *História da Cidade do Porto*, III, Portucalense ed., Porto 1965.
- PIMENTEL, Alberto, *O Porto por fora e por dentro*, Livraria Figueirinhas, Porto 1945.
- *O Porto há trinta anos*, Porto 1893.
- RAMOS, Luis A de Oliveira, *História do Porto*, Porto Editora, Porto 1995.
- ROCHA, Daniel, *Esboço Histórico do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição-Porto*, «Atrium» 15-16 (1993).
- ROCHA, J. Soares, *Portuense ilustre*, Porto 1949.
- ROCHA, Manuel J., *Bispos do Porto, Retratos*, Diocese do Porto, Porto 1992.
- RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*, I-VII, Apostolado da Imprensa, Porto 1931.
- SÁNCHEZ ALISEDA, Casimiro, *La doctrina de la Iglesia sobre seminarios desde Trento hasta nuestros días*, Facultad de Teología S.I., Granada 1942.
- SANTOS, António, *A Memória do Tempo, figuras e factos*, I, Porto 1984.
- SMITH, Robert C., *O antigo recheio do Paço dos Bispos do Porto*, BCCMP 3-4 (1969) 268-287.
- SOUSA, Fernando, *O clero da Diocese do Porto ao tempo das Cortes Constituintes*, «Revista de História» 2 (1979) 245-260.
- SOUSA, Gabriel, *Escritores Beneditinos naturais da Cidade do Porto*, Porto 1997.
- TÁVORA, Fernando Tavares, *D. João Rafael e o seu paço episcopal*, BCCMP 2 (1938) 229-241.
- TRINDADE, Manuel de Almeida, *O Concílio de Trento e a fundação dos Seminários*, «Lumen» 9 (1945) 638-647.
- VAZ, A. Luís, *D. António Barroso, missionário*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1971.
- VEIGA, Manuel E. Mota, *Esboço histórico-literário da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra em comemoração do centenário da reforma e restauração da mesma Universidade*, Imprensa da Universidade, Coimbra 1872.

SIGLAS E ABREVIATURAS DA TESE

ACDP	Arquivo da Cúria da Diocese do Porto
ADP	Arquivo Distrital do Porto
AHMP	Arquivo Histórico Municipal do Porto
ASMP	Arquivo do Seminário Maior do Porto
BCCMP	Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto
BDP	Boletim da Diocese do Porto
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BSMP	Biblioteca do Seminário Maior do Porto
CT	<i>Concilium Tridentinum</i>
EC	<i>Enchiridion Clericorum</i>
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda

O SEMINÁRIO DO PORTO (1862-1949)

1. REABERTURA DO SEMINÁRIO EPISCOPAL (1862-1872)

Como já referimos, o Vigário Capitular da diocese do Porto, em 30 de Agosto, deu a conhecer ao Estado que no ano lectivo de 1861/1862 se daria início ao curso trienal composto por duas cadeiras anuais. Nesse ano, outro Decreto regulava acerca dos exames e inscrição nas disciplinas eclesiásticas.

Tendo sido posto termo ás lições de disciplinas eclesiásticas, puderam ser admitidos a fazer seus exames os alunos que antes da última matrícula se houverem mostrado habilitados com aprovação nos preparatórios, como consta no artigo 15 do Decreto de 1859:

Aos alunos a quem faltar a aprovação em alguma das disciplinas preparatórias, que se refere o artigo antecedente, quer concluem, quer não, o curso de matérias eclesiásticas com o actual ano lectivo, não serão admitidos a exame das disciplinas eclesiásticas que tiverem estudado, nem a matricula do seguinte ano lectivo, os que o deverem frequentar, sem que previamente se mostrem aprovados nas disciplinas preparatórias que lhes faltarem. Aos alunos de que trata o artigo antecedente, e concedido o tempo que decorre até 30 de Setembro próximo futuro para se habilitarem a fazer exame das referidas disciplinas (...) os alunos que forem aprovados nos exames preparatórios de disciplinas eclesiásticas, e houverem de continuar o respectivo curso, e os que forem reprovados, e houverem de repetir a frequência das aulas, em cujas matérias não tiverem sido aprovados, poderão ser admitidos à matricula no ano lectivo próximo futuro até ao dia 25 de Outubro¹.

Com estas disposições reiniciavam as aulas no Seminário do Porto, depois de suspensas em 1832.

1.1. D. João de França Castro e Moura

D. João de França², desempenhou uma vasta actividade apostólica no Oriente. Como Bispo do Porto, visitou as paróquias quase na totalidade, dispensando muito tempo no contacto com a população³.

No parecer do Cardeal D. Américo, o seu antecessor não realizou obras no Seminário convencido de que seria um gasto desnecessário tendo em conta o lastimoso estado da Casa:

O virtuoso sucessor de D. António e meu predecessor D. João de França foi o primeiro que abriu as aulas e admitiu alguns alunos internos. Infelizmente, porém, convencido de que eram más as condições higiénicas e fraco o local do Seminário, julgou ser despesa infrutífera qualquer melhoramento que não fosse rigorosamente indispensável, e finalmente a longa, mas sempre incerta vagatura da cadeira episcopal, impediram o digno Vigário Capitular de encetar obras que entendeu serem mais da competência do Prelado efectivo e menos de autoridade interina⁴.

Além do mais, a constante vacatura da Sé impossibilitava o Vigário Capitular prover em matéria que somente ao bispo competia. Na ausência do Prelado, habitualmente, substituía-o o Governador do Bispado, Joaquim José Carneiro de Vasconcelos. Pela sua actividade na Câmara dos Pares e pela preferência que tinha pelos ares do campos, D. João de França ausentava-se, com frequência, da diocese. Recorde-se que a posição deste Prelado, na Câmara dos Pares, defensor acérrimo dos direitos da Igreja, valeu-lhe a antipatia de muitos parlamentares. Quando se discutiu o regime do provimento dos benefícios eclesiásticos, em Fevereiro de 1863, D. João de França ergueu a voz e proclamou bem alto os direitos sagrados da hierarquia na liberdade de escolha dos seus membros, segundo critérios de ciência e santidade, nunca segundo a vontade arbitrária daqueles que regem a sociedade civil:

Não posso deixar de deplorar uma série de actos, pelos quais o poder executivo se tem considerado senhor de alterar, modificar e até destruir a legislação canónica a pretexto de regular o exercício do real padroado, e de executar as prescrições do artº 75 da Carta Constitucional, entendido por uma forma inteiramente nova, que dista tanto da inteligência que se deu à doutrina dele nas cortes de 1821, como da que teve desde 1826 até 1836, para não dizer mais nada. Senhor presidente, lendo o artº 75 acho nele o seguinte: «o Rei é o chefe do poder executivo, e o exercita pelos seus ministros de Estado. São duas principais atribuições nomear bispos e prover os benefícios eclesiásti-

*cos». Se procuro a inteligência deste artigo pela prescrição do 6º, acho que ele quer dizer: *patronum faciunt dos, aedificatio, fundatio*; isto é, que pertence ao Rei nomear e apresentar naqueles benefícios de que já era padroeiro por dotação e edificação, ou fundação, ou *ex vi* de alguma concordata feita com a Santa Sé, como a que teve lugar em 1778; mas nesse caso deve o apresentado ser previamente examinado, e, reconhecido idóneo, colado. A nada mais se estende o direito a colação de todos os mais benefícios de que o Rei não é padroeiro... Mas se essa nomeação não provém *ex vi* dos títulos que reconhece o direito canónico, nem da concessão da Igreja; e se se quiser sustentar que pertence ao Rei como chefe do Estado, e como tal um direito seu, essencial, inalienável e inaufervel; isto é, se se subordina a este artigo o artigo 6º da Carta, então este não passa de um contra senso, de um fingimento, numa palavra, é um absurdo que, por honra dos poderes públicos, não deve ali ficar, porque a religião do Estado não é então a religião católica apostólica romana, mas simplesmente um estabelecimento eclesiástico, encarregado de uma parte da política administrativa. É uma religião puramente humana que tem a seu cargo disciplinar as almas no sentido e segundo os interesses e as conveniências do governo⁵.*

Usou de idêntica energia para dotar o Seminário de uma biblioteca e, nele iniciar as aulas no ano lectivo de 1862, e não D. Jerónimo, como erroneamente refere Fortunato de Almeida⁶. A questão do provimento para os benefícios estava directamente relacionada com a formação do clero. D. Manuel Bento Rodrigues, Patriarca de Lisboa, tomou posição idêntica à de D. João de França. Ambos desejavam que as paróquias, canonicatos e demais benefícios fossem dotados de um clero capaz de assistir convenientemente ao rebanho a eles confiado.

1.2. O primeiro livro de actas do Conselho de Professores

A 4 de Outubro de 1865 o Governo apresentou um plano trienal com nove disciplinas, das quais o Porto só leccionou seis. No ano seguinte, a 15 de Novembro, reuniu o primeiro Conselho dos professores do Seminário. Estes receberam do Prelado, D. João de França, o primeiro regulamento para as aulas com o respectivo programa de estudos assim organizado⁷:

- 1º ano: História e Exegese;
- 2º ano: Pastoral e Dogma;
- 3º ano: Moral e Direito Canónico.

O referido documento divide-se em 5 partes com 32 artigos. Ferreira Pinto dá-nos a conhecer o livro de actas do Conselho de professores onde, ao início, está transcrito o Regulamento acerca do funcio-

namento das aulas⁸. Os professores deveriam reunir mensalmente para avaliação do programa de estudos e discussão do rendimento dos alunos. As aulas teriam início no princípio de Outubro devendo respeitar um horário fixo. As férias de Natal começariam no dia da sua Vigília e as da Páscoa no Sábado de Ramos. Não parece haver referências quanto ao tempo de férias de verão⁹. As decisões tomadas em Conselho deveriam ser votadas e aprovadas por maioria requerendo, posteriormente, a aprovação do Ordinário. Existia um livro onde se registavam as faltas, que não podiam exceder o número de 13 injustificadas ou 40 justificadas. Nesse mesmo livro lançar-se-iam os termos de exames. O Vice-Reitor proveria no governo do Seminário, cuidando os livros, passando certidões e inscrevendo os alunos.

Parece ser que o número de sessões não foi cumprido com rigor. Ferreira Pinto, dá-nos a conhecer 10 reuniões de professores, lavradas no livro de actas de D. João de França¹⁰. De facto, no Conselho celebrado a 23 de Dezembro de 1868, Roberto Jorge, o mais velho dos professores, foi acusado de não convocar as reuniões mensais, ao que este contestou não ser competência sua mas do Prelado, e como este não existia, *sede vacante*, não se convocaram as reuniões com regularidade¹¹.

2. A ÉPOCA DE OURO DO SEMINÁRIO DO PORTO (1872-1918)

2.1. O Cardeal D. Américo (1872-1899)

D. Américo dos Santos Silva nasceu a 16 de Janeiro de 1830, no Porto, na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos. Filho de João Ferreira dos Santos Silva¹² e de D. Carolina Augusta de La Rocque. O casal, desde muito cedo, preocupou-se pela formação dos filhos mandando-os à escola¹³. Apenas com 10 anos de idade, Américo foi mandado a Paris, juntamente com os seus irmãos Carlos, João e Geraldo, a estudar no Colégio Luso-brasileiro, em Fontenay-aux-Roses, fundado pelo Doutor José da Silva Tavares, no ano de 1838¹⁴.

Américo regressou a Portugal em 1843 e após concluir os estudos de preparatórios¹⁵ matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1845, onde foi premiado diversas vezes pelo seu saber, terminando o doutoramento a 23 de Maio de 1852. Nesse mesmo ano recebeu a Ordenação sacerdotal na Sé Patriarcal de Lisboa.

Nomeado professor do Seminário de Santarém em 1853, cargo que exerceu até 1863, leccionou Teologia Fundamental, Dogmática e

Pastoral. Recebeu o título de Monsenhor pelo Papa Pio IX quando acompanhou o Cardeal Patriarca D. Guilherme a Roma por ocasião da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição em 1854. Nomeado no ano seguinte vice-reitor do Seminário de Santarém e professor de Liceu, acumulou o cargo de Comissário dos Estudos do Distrito.

Em Lisboa desempenhou diversos cargos. Em 1858 foi Cónego na Sé Patriarcal. Sete anos depois era nomeado Desembargador e Juiz da Relação e da Cúria Patriarcal. Em 1867 formou parte como vogal da Comissão governamental para a nova circunscrição das paróquias¹⁶ e eleito Vigário Capitular, *sede vacante*, a 1 de Outubro de 1869 cargo que exerceu até 18 de Julho de 1871, ano da sua entrada no Bispado do Porto. Árdua tarefa o esperava na Cidade da Virgem e a mais urgente era, sem lugar a dúvidas, a obra do Seminário. As dificuldades impostas pelas circunstâncias políticas e sociais não faziam esperar que com o novo Prelado se desse início à reforma da diocese como o fez D. Américo durante os 27 anos do seu pontificado.

Como Bispo diocesano para além da publicação dos Estatutos do Seminário, em 1872, e das reformas que nele realizou, fundou outro Seminário para os alunos de preparatórios, em 1884, o Seminário de Nossa Senhora do Rosário, nos Carvalhos, em Gaia, que seria ampliado nos anos sucessivos até 1898.

As questões religiosas e os debates políticos sempre suscitaram grande participação do laicado portuense. Nos finais do século XIX assistimos à defesa do catolicismo protagonizado por cidadãos, que sem pejo algum, reclamavam os direitos da Igreja portuguesa combatendo os seus adversários por meio de escritos e debates públicos. O primeiro Congresso Católico realizado na cidade Invicta, entre 27 de Dezembro de 1871 e 5 de Janeiro de 1872, no Palácio de Cristal, foi organizado pela Associação Católica¹⁷, fundada havia um ano. De entre outros compromissos decidiu-se apostar pela criação do jornal *A Palavra*, tribuna cristã onde a apologia dos valores humanos e religiosos tiveram o seu assento durante 40 anos. A produção jornalística de inspiração religiosa atingiu índices relevantes na Cidade do Porto, entre 1896-1925. Destacamos: *A Aliança*, *O Amigo dos Pobres*, *Correio do Norte*, *O Grito do Povo*, *A Ordem*, *O Orgão*, *A Paz*, *O Petardo*, *Raio de Sol* e *A Voz do Pastor*¹⁸.

Outra questão que viu resolução no tempo deste insigne Prelado foi a disputa da posse da Quinta do Prado¹⁹, já tomada em parte pelo Cemitério do *Prado do Repouso*. O assunto arrastava-se desde 1838. Como consequência das boas relações mantidas com o poder civil logrou sanar a questão.

No campo litúrgico foi tido como o maior liturgista do seu tempo, com justiça digamos, pois defendeu a dignidade dos actos de culto e das manifestações públicas da fé católica, entre outras, a procissão de *Corpus Christi*. Nas suas pastorais vemos como defendeu e promoveu algumas destas reformas.

Também nos temas doutrinários soube expôr a doutrina da Igreja confrontando-a com os problemas suscitados pela introdução na cidade do movimento protestante²⁰ e das teorias anti-papado promovidas pela maçonaria. D. Américo foi fidelíssimo a Roma e ao Vigário de Cristo por quem nutria um especial afecto. Basta recordar as celebrações na Catedral, no aniversário da eleição do Romano Pontífice, apesar dos tumultos levantados pelos anticlericais que nesse dia manifestavam-se à porta da Igreja-mãe²¹. Mas as provas de apreço ao Papa não ficavam por aí e em 1879 instituiu a obra do *Dinheiro de S. Pedro* para ajuda das despesas do Vaticano²².

D. Américo foi confessor da Família Real. D. Luís pediu ao Papa um Cardeal, para além do Patriarca, indicando o Bispo do Porto. Leão XIII em consistório de 12 de Maio de 1879 elevou D. Américo à dignidade de Cardeal-Presbítero da Santa Igreja com o título de *Quatro Santos Coroados*²³. Nesse mesmo momento receberam o cardinalato cerca de dez presbíteros que se haviam destacado no âmbito pastoral, literário, científico e docente²⁴. A imposição do barrete cardinalício realizou-se na Capela Real da Ajuda no dia 1 de Junho²⁵, e em Fevereiro de 1880, o *Cardeal do Porto* recebia das mãos do Romano Pontífice o chapéu cardinalício. Para José Augusto Ferreira não bastou a simpatia da Família Real para que D. Américo recebesse tal honra, mas antes os grandes méritos e extremas virtudes que caracterizaram a acção pastoral do Prelado, de um modo especial, a reforma modelar do Seminário do Porto²⁶.

À questão social dispensou grande atenção. No seguimento da Encíclica de Leão XIII escreveu a Pastoral de 3 de Novembro de 1891. Aprovou os Estatutos do Círculo de Operários do Porto²⁷, em 1898, e emitiu diversos documentos em favor das causas de beneficência: as cheias de 1877; o terramoto de 1885 em Andaluzia; a favor do combate contra a cólera-morbus; acerca dos prejuízos da agricultura em 1887; e a favor do Hospital infantil Maria Pia²⁸.

Mas nem tudo foram rosas e nessa mesma década surge uma grande polémica contra o Bispo. Três incidentes foram a causa de horas de sombra, tão habituais na vida dos grandes vultos. Em 1880 D. Américo foi acusado de opressor pelo rigor com que examinava o clero da sua diocese para o provimento paroquial²⁹. A imprensa dedicou ao as-

sunto grande importância como podemos verificar na produção jornalista de *O Primeiro de Janeiro* e *A Palavra*. Estas discussões dariam origem à publicação de vários volumes. Apesar das críticas, D. Américo não se moveu do seu objectivo principal: um clero com ciência para a Diocese do Porto. Se analisarmos detalhadamente a formação do clero portuense das primeiras décadas do século XX bem poderemos dizer que esse foi o maior legado que D. Américo poderia haver deixado à sua terra.

Nesse mesmo ano outra polémica surge, desta vez relacionada com o Prior de Cedofeita, acerca da obrigatoriedade de ir ao Coro, uma vez que era Pároco da igreja e cónego da colegiada. D. Américo decide que as obrigações capitulares são para respeitar e o cónego escreve um opúsculo de 128 páginas defendendo o contrário.

Passados cinco anos foi a questão relativa à confraria de Santo António da Aguardente que se excedera na autoridade e procedeu contra o Padre José Coelho da Rocha impedindo-o de exercer o ministério. Ante esta irreverência D. Américo procedeu de acordo com as normas canónicas prescritas para tais casos. Apesar de não interditar a capela, direito que lhe assistia, os confrades, na sua maioria liberais, politizaram o assunto e levaram-no a um comício no Palácio de Cristal. Posteriormente, fecharam a capela, inaugurada em 1872, e vendo o Prelado que fôra mal interpretado nas suas declarações veio a público aclarar a questão a 17 de Setembro. No dia 2 de Dezembro o abade de Paranhos deslocou-se há capela de Santo António da Aguardente e consumiu pelo fogo as partículas sagradas guardadas em reserva no sacrário. A capela foi transformada em escola e mais tarde reaberta com a invocação de S. Joaquim³⁰.

Porém estes factos não mais serviram do que para exaltar o cuidado pastoral do Sr. D. Américo. Como verdadeiro Pastor não descurou a atenção das ovelhas que em momentos de extravio ignoravam a voz do seu maior defensor.

Vejamos, pois, como se apresentava o Porto nos anos do seu Pontificado e como D. Américo correspondeu às necessidades da sua época.

2.1.1. *Contexto social, cultural e religioso do seu tempo*

A cidade do Porto no século XIX foi protagonista de episódios sociais que afectaram a vida política nacional nos seus mais variados sectores. Depois das invasões francesas, da guerra civil e das disputas liberais, que tentavam ditar uma nova ordem social com o fim de abolir a

monarquia, o Porto liderou o combate entre as correntes de pensamento que entraram em confronto declarado com os princípios religiosos até então estabelecidos.

A população portuense conheceu significativas variações ao longo do século. Não é fácil encontrar um consenso em relação às cifras apontadas por vários autores, mas alguns aproximam-se bastante. Armando Guedes afirma que o número de habitantes, em 1880, era de 86.751³¹. João Castro fez que os habitantes da cidade no ano de 1870 seriam 89.321, num total de doze freguesias³². Ricardo Jorge aproxima-se desta cifra calculando 86.000 habitantes no ano de 1864, chegando a atingir nos finais do século os 138.000³³. De Lavigne estima 120.000 no ano de 1890, quando viajou pela Península Ibérica³⁴. O progressivo aumento populacional dos finais de século encontram sua explicação na implantação da indústria e do comércio. É de destacar o espírito associativo das profissões existentes caracterizadas por um sentido profundamente cristão. Outras corporações surgiram com o objectivo da defesa dos interesses de classe como foi o caso da Associação Comercial do Porto. A Escola Industrial, fundada em 1852, dedicou-se à educação profissional como forma de melhorar a qualidade do sector industrial e comercial.

No âmbito das corporações benéficas destacamos a Associação dos Bombeiros voluntários do Porto que, em 1894, logrou a obtenção do primeiro prémio no concurso internacional de bombeiros, efectuado em Lyon³⁵ e, ainda, a Associação dos Socorros a Náufragos. Nas obras de carácter social um grande benfeitor foi o Conde de Ferreira que confiou à Santa Casa da Misericórdia fundos suficientes para a construção do Hospital psiquiátrico que leva o seu nome. O mesmo fez D. Antónia de Noronha Leme Cernache Guedes Cardoso de Carvalho fazendo depositária dos seus bens à mesma instituição que com esse legado levantou o edifício do Hospital de Santo António. Para além da iniciativa particular existiram outras de carácter associativo como foram as Ordens Terceiras e as Irmandades do Carmo, S. Francisco, Terço, Lapa e Santíssima Trindade.

Outro aspecto que marcou profundamente este período foi a divulgação da imprensa que acompanhou as diversas fases da vida social e política do País. Os grupos partidários usaram este meio para defender e divulgar suas ideias. Assim atestam os diários da época que sobreviveram até aos nossos dias como *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e *O Jornal de Notícias*. Para além destes ocuparam lugar *destacado* *O Periódico dos Pobres* e *A Palavra*, periódico de índole católica onde fazia sua tribuna o Conde de Samodães, chefe nacionalista-católico.

Em 1857 o Porto protagonizava uma iniciativa que logo teria continuidade noutras cidades do País como foi o ciclo de exposições realizadas no Palácio de Cristal.

Porém, onde mais se evidenciou a sociedade portuense foi no campo literário com autênticos símbolos nacionais. Aí estão as obras de Almeida Garrett³⁶, Camilo Castelo Branco³⁷, Soares de Passos³⁸, Arnaldo Gama³⁹, Júlio Dinis⁴⁰, Ramalho Ortigão⁴¹, Sampaio Bruno⁴² e António Nobre⁴³, entre outros.

No campo religioso evidenciaram-se afamados oradores que costumavam pregar nas igrejas de S. João Novo, S. Francisco e S. Bento da Vitória⁴⁴. Na cidade do Porto, entre outros, mereceu a reputação de grande orador Monsenhor Luís Augusto Rodrigues Viana, director espiritual do Seminário Episcopal. Dele é a autoria do discurso fúnebre no falecimento do Senhor Cardeal D. Américo⁴⁵. As procissões formavam a mais autêntica expressão da fé popular. As mais tradicionais na cidade eram a de Cinzas, na Quaresma, a do Senhor dos Entrevados, organizada anualmente pela Páscoa para desobriga dos doentes, e a do Corpo de Deus. Esta mobilizava todos os sectores da sociedade que se faziam representar na homenagem ao *Rei do Mundo que se esconde sob os véus*. Presidia a procissão do *Corpus Christi* o Prelado acompanhado pelo Cabido, clero, Congregações religiosas, Seminários, Irmandades, Ordens Terceiras, Associações laborais, militares e a mais alta classe da sociedade portuense.

Por conseguinte, a situação religiosa era mais complexa do que esta aparente religiosidade generalizada. A reorganização da Igreja após a instalação do liberalismo em Portugal foi levada a efeito pela elite liberal. Em 1834 iniciara-se um novo ciclo no relacionamento entre Igreja e o Estado que viria a culminar com a Lei de Separação de 1911. O clero ingeria-se nos negócios políticos com grande frequência, daí uma circular régia de 1862 que advertia o Governador do Bispado a tomar providências em relação aos abusos praticados pelos presbíteros na pregação⁴⁶. As medidas adoptadas nos meados do século visaram reduzir a influência do clero, como já analisamos no capítulo anterior. Apesar de todas as tentativas, as estruturas eclesíásticas do Antigo Regime seguiam vigentes, com excepção das Ordens Religiosas e seus benefícios, quer materiais, quer educativos e sociais. A formação nos seminários seguia as pautas do Antigo Regime e o clero dos meios rurais, onde os ventos de mudança ainda não haviam soprado, seguiam a mesma política. Muitos sacerdotes eram acusados de difundir ideias contra o poder instituído apoiando a causa da monarquia.

A posição da Santa Sé sempre fôra a de apoiar as forças absolutistas⁴⁷. O princípio de soberania nacional ante o poder eclesiástico levou

os liberais a declarar em matéria que única e exclusivamente competia à Igreja legislar, embora reconhecesse a autoridade papal em matéria dogmática e disciplinar. Ao secularizar as instituições de ensino, o poder liberal ia em contra da concepção de poder defendida por Roma. Por isso, o Papa Gregório XVI condenou as reformas eclesiásticas operadas contra a soberania e vontade da Igreja. Esta questão levou à suspensão das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé por um período de oito anos (1833-1841). Quando D. Pedro ocupou a cidade de Lisboa, o Núncio, adepto do regime miguelista, foi expulso e, em consequência, a Santa Sé impediu a acção diplomática de Miguéis de Carvalho⁴⁸. Porém os esforços por parte de Portugal em reatar as relações foram insistentes, pois o poder civil tinha consciência das vantagens de um bom relacionamento com a Santa Sé em ordem a obter a realização dos seus fins políticos e a pacificação religiosa da sociedade. Após demoradas negociações o Estado português cedeu no regresso dos bispos miguelistas às respectivas sés, mas esta medida não agradou a muitos parlamentares que viram nessa cedência o retorno dos inimigos do Novo Regime e a oposição aos seus projectos. Quando em 1842 o Núncio chegou a Lisboa foi advertido da obrigação de submissão às leis do reino. Assim reafirmava o Estado o princípio de soberania nacional. O convénio assinado em 1848, entre Costa Cabral e o Delegado Apostólico, Arcebispo de Bérito, apesar de não regular as relações entre Portugal e a Santa Sé, readmitia as ordens religiosas femininas, admitia a volta dos frades e restabelecia a Bula da Cruzada para subsidiar a instauração e restauro dos Seminários.

Os receios demonstrados pelos liberais, após o acordo que pareceu ser um retrocesso no processo, não era de todo despropositado. Não se pouparam críticas a Costa Cabral quando à causa do acordo assinado viu-se o poder ultramontano a recuperar progressivamente o poder da ofensiva clerical, nas décadas de 70 e 80.

Por outra parte, Pio IX reforçava o poder papal ao ser reconhecida a infalibilidade do Primado do sucessor de Pedro, enquanto condenava o racionalismo, o naturalismo, o galicanismo, o liberalismo e o socialismo, rejeitando o princípio de separação entre Igreja e Estado. A influência do liberalismo católico português foi reduzida e novos debates de iniciaram. Uma vez mais, os liberais deram-se conta dos benefícios de dispor de um clero bem formado, livre dos valores ultramontanos ainda sentidos em grande parte entre o clero rural, e para isso apoiaram a reabertura dos Seminários sob vigilância do Estado.

Neste contexto D. Américo foi nomeado, em 1869, Bispo da Diocese do Porto. Já ocupava a Cátedra portuense quando se iniciaram as

negociações com a Santa Sé com o objectivo de reorganizar a estrutura eclesiástica nacional, com uma nova circunscrição das dioceses e outros assuntos afins. O Governo chamou D. Américo a participar nesta delicada questão que levantou nova discussão entre clericais e anticlericais. Competir-lhe-ia proceder à extinção das dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel. Nesta matéria chegou-se ao acordo de 1881 quando D. Américo foi nomeado Executor Apostólico da Bula *Gravissimum Christi Ecclesiam Regendi et Gubernandi Munus*, de Leão XIII⁴⁹.

A questão religiosa seguiria o seu curso. Retomemos o nosso estudo acerca do Seminário do Porto e vejamos, como de alguma maneira, D. Américo correspondeu aos desejos do Estado em formar sacerdotes mais cultos e capazes de desempenhar o seu ministério com maior dignidade. Com esta iniciativa o Prelado não procurava contestar aos caprichos de um Estado usurpador mas antes dotar a sua diocese de santos presbíteros para a cura de almas.

2.1.2. *O Reformador do Seminário do Porto*

No último quartel do século XIX parte do clero portuense urgia uma reforma eclesiástica a respeito da formação intelectual dos candidatos às Ordens sacras. D. Américo simbolizava essa esperança e, desde o primeiro momento, o Estado prometeu-lhe apoio nas iniciativas que promovesse na reforma dos estudos eclesiásticos na sua diocese. Isso mesmo ouviu D. Américo a um distinto cavalheiro⁵⁰. Mas como veremos se não fosse a boa vontade do povo portuense e do seu Prelado o Seminário nunca teria chegado a ser o que foi, pois o Estado não passou das promessas e todos os custos foram suportados pelos católicos tripeiros com o seu Bispo à cabeça. Porém seria de todo injusto afirmar que os Governos nada fizeram para apoiar a causa. É verdade que sempre deram carta branca a D. Américo e lhe concederam aprovação aos planos apresentados.

Como acabamos de verificar, uma das prioridades de D. Américo foi a restauração do Seminário, abandonado ao desgaste do tempo e dos diversos usos que se lhe haviam dado. Após detalhada análise da situação e requeridas as devidas licenças para efectuar obras na Casa, o Governo emitiu sucessivas portarias autorizando o evento⁵¹. Os gastos rondariam os 20.000\$000 réis e, parcos os cofres da Diocese, D. Américo adiantou o dinheiro, com a promessa de ser reembolsado pela Bula da Cruzada em prestações de 1.500\$000 réis anuais. Com esta obra supriram-se as necessidades básicas como é uma casa com carácter edu-

cacional e, além do mais, com a específica função de preparar sacerdotes. Por isso aumentou-se o número de quartos, construiu-se a cozinha, quartos de banho e outras dependências. Mas a obra não ficava por aqui. Em 1894, prevendo necessidades maiores, construiu outro edifício para albergar a mais alunos. Orçou esta obra em 15.000\$000 réis, dos quais D. Américo aportou 7.600\$000 réis. O restante foi subsidiado pela Bula da Cruzada e, sobretudo, pela generosidade dos fiéis.

Se não tivesse sido o seu desprendimento aos bens pessoais a Diocese não poderia contar com o actual Seminário. O Estado providente das necessidades dos cidadãos só apoiava com palavras, deixando os encargos financeiros a cargo das instituições a quem ele mesmo usurpara. Apesar deste ser um aspecto essencial em ordem à realização da reforma, o queurgia verdadeiramente era a revisão dos planos de estudos e da formação dos seminaristas. Aí, sem demora, investiu D. Américo com uma prudência pouco usual entre os Prelados, quase sempre tidos como autoridades únicas em matéria a eles reservada.

A 4 de Outubro de 1871, sob presidência do novo Prelado, reunia o Conselho de professores do Seminário. D. Américo justificava a ordem tardia de abrir o curso, naquele ano, porque antes desejava encontrar-se com os superiores da Casa, a fim de analisar os regulamentos em vigor⁵². Na sessão de 3 de Junho de 1872, à qual assistiram os professores António Roberto Jorge, João Álvares de Moura, José Simões Gomes, Manuel Filipe Coelho, António Alves Mendes da Silva Ribeiro, José Correia Cardoso Monteiro e Torquato Soares da Rocha, sabe-se que foi demorada pela extensão dos assuntos a tratar. Daí, parece haver saído o relatório que D. Américo enviou, nesse ano, ao Governo português. A 17 de Novembro expôs ao Governo as decisões a que todos haviam chegado. O ano escolar trienal obedecia ao seguinte plano de estudos:

- 1º ano. História Sagrada e Eclesiástica
Teologia Dogmática Geral
- 2º ano. Teologia Dogmática Especial
Princípio de Direito Natural
Teologia Moral
Direito Canónico
- 3º ano. Teologia Moral
Teologia Sacramental
Teologia Pastoral e Eloquência Sagrada

D. Américo não impôs a mudança, mas antes corresponsabilizou os superiores do Seminário numa mesma decisão e orientação. No dizer de Ferreira Pinto,

*são assim os espíritos superiores. Desconfiados de si e extraordinariamente modestos, não receiam entregar à crítica dos outros aquilo que, madura e prudentemente, estudaram e empreenderam*⁵³.

2.1.3. *Os Estatutos de 1872*⁵⁴

Os Estatutos elaborados pelo Cardeal D. Américo revelam um alto conhecimento sobre a vida académica. Para isso contribuiu a experiência do prelado obtida em cargos educativos, sobretudo na diocese de Santarém onde foi superior. O esquema dos Estatutos divide-se em quatro secções:

- 1ª Secção: Do título e fins do Seminário e modo de admissão dos seus alunos
 - Cap. I. Do Título e fins do Seminário
 - Cap. II. Dos diferentes alunos e sua admissão
- 2ª Secção: Da instrução literária dos alunos
 - Cap. I. Das disciplinas e ordem de sua frequência
 - Cap. II. Da admissão nas aulas e disciplina destas
- 3ª Secção: Da educação moral, civil e religiosa dos alunos
 - Cap. I. Da educação moral e civil dos alunos
- 4ª Secção: Dos empregados
 - Cap. I. Do Director espiritual
 - Cap. II. Dos Professores
 - Cap. III. Do Conselho de Professores
 - Cap. IV. Dos Prefeitos
 - Cap. V. Do Bibliotecário
 - Cap. VI. Do Vice-Reitor
 - Cap. VII. Do Contínuo das aulas

2.1.4. *Discursos e alocuções*

O cuidado pastoral pelo Seminário era tal que todos os anos o Prelado dirigia um discurso aos seminaristas na abertura do ano lectivo. Esses discursos e alocuções foram publicados nas *Obras Pastorais* do Cardeal e por Ferreira Pinto, na obra publicada no centenário do nascimento de D. Américo. Porém, não nos podemos abster de comentar esses monumentos pastorais que traduzem o sentir do Bispo portuense ante as questões doutrinárias, sociais e culturais do seu tempo. Estas alocuções tiveram início em 1873 e mantiveram-se até 1894, ininterruptamente. Iniciavam sempre aludindo à Oração de Sapiencia proferida por um professor. Deste tema trataremos mais adiante.

*Alocução de 1873*⁵⁵

Este é o primeiro discurso proferido no Seminário pelo Prelado. Começa por fazer uma breve alusão às circunstâncias da vida eclesial anteriores a Trento e ao movimento protestante que suscitou a contra-reforma. Numa sucinta expressão refere-se ao valor da doutrina e da tradição da Igreja, e aos cuidados a dispensar nos momentos de transição: *nem em doutrina o negar é professar, nem em disciplina e costumes o destruir é reformar*. Aponta como a maior decisão do Concílio o Decreto da fundação dos Seminários. A reforma da Igreja passaria inevitavelmente pela preparação dos candidatos ao sacerdócio. Estes, investidos da ciência requerida pela natureza do seu ministério, seriam a solução aos males que desgraçadamente se haviam instalado na Igreja e na sociedade. Considera que a educação foi, e sempre será, a maior arma contra todos os problemas da humanidade. Grande instrumento do saber é a Igreja que desde tempos imemoriais se dedicou com afinco ao ensino das populações, sobretudo das camadas sociais mais elevadas apesar, de algumas vezes, *ser designada como partidária da ignorância*.

Este discurso do século passado bem poderia ser proferido na actualidade sem qualquer nuance. Para além de incentivar os seminaristas ao estudo das ciências eclesásticas anima-os a prosseguir no aprofundamento das mesmas após a recepção das Ordens. Nunca se esgota a fonte do saber e adentrar-se nela é condição para melhor servir e mais progredir no conhecimento da verdade. Todas as ciências reclamam esta continuidade:

Será o ministro eclesiástico a única excepção a esta regra geral? Qual das funções que exerce poderá ser considerada de tão pequeno alcance, que um ignorante a possa desempenhar sem inconveniente?

Daqui passa a apontar os males que grassam no ministério do púlpito, na pregação do catecismo, na administração dos Sacramentos e no Confessionário. Parece, segundo o discurso, conhecer sobejamente os abusos praticados nestas matérias, radicando-os não na má vontade ou maldade dos ministros mas antes, e bem pior ainda, na ignorância e falta de preparação, dispondo-se a talhar essa tendência e a marcar uma nova ordem:

Principia o magistrado a estudar a lei quando começa a administrar justiça; o médico não cessa de consultar nos livros a experiência dos outros, em quanto a não tem própria; só o Presbítero fecha os seus e dá por completa a

sua ciência quando principia a ser Padre. Não acontecerá o mesmo convosco, Seminaristas, assim o esperamos.

O Seminário é pois a oportunidade única de cada um descobrir a vocação e de se exercitar na prática das virtudes e do saber. Disso depende o seu futuro: *qual é o aluno em quanto seminarista, tal ele depois será como Eclesiástico*. Se assim falava era porque amava o Seminário: *sois para mim, o que tenho de mais caro na diocese como Prelado*.

Terminava dirigindo-se aos superiores. A eles cabia a missão específica de acompanhar os alunos, os quais se empenhavam em promover a instrução, aproveitamento e educação dos alunos do Seminário.

*Alocução de 1874*⁵⁶

Na presente alocução o Prelado insistiu na prioridade do estudo e no aprofundamento das exigências do ministério sacerdotal. Desperta nos alunos a ambição própria de quem aspira a mais. Assim se referia aos alunos premiados naquela sessão pelo aproveitamento demonstrado no estudo das matérias e pelo mérito moral provado. Era a primeira vez que tal acto se realizava no Seminário e o tempo comprovou a sua importância pedagógica e os frutos positivos que daí derivaram. A finalidade última dos prémios residia em destacar o testemunho do esforço pessoal empreendido pelos alunos no caminho da ciência e da virtude:

Muito de propósito disse e repito —no caminho da ciência e da virtude— porque bem sabeis que em todo o tempo a Igreja resumiu os dotes dos seus Ministros nos dois termos —ciência e bons costumes— e com quanto sejam distintos, nunca ela os separou, nem aceitou um com dispensa do outro.

Após felicitar os premiados dirigiu-se aos restantes alunos e animou-os a seguir o caminho da perfeição: *Tendes aberto o mesmo caminho, segui-o como eles, e possam ir além as vossas aspirações: até onde? Jesus Cristo vo-lo diz: Sede perfeitos como também vosso Pai Celestial é perfeito.*

Alocução de 1875

Segundo parece pelo contexto desta alocução, já haviam concluído parte das obras realizadas no Seminário. D. Américo faz alusão ao seu projecto de reforma expressando satisfação pelas mudanças efectuadas: *porque é este o ano em que vejo quase realizados os meus constantes*

desejos pelo que respeita ao engrandecimento material desta casa. Recorda, sem mencionar nomes, aquelas pessoas que estiveram ao seu lado apoiando-o, desde os colaboradores mais directos até aos menos implicados no governo da Instituição.

Uma das intenções do Prelado seria terminar com o regime de externato dos alunos do Seminário e instaurar definitivamente o regime de internato. Nesse ano congratulava-se por ter no seu Seminário 70 alunos internos. Augurava que estes chegassem todos ao serviço do altar, *não por favor mas pela abundância de provas dadas de ciência e virtude.* Não se cansa de insistir na instrução e nos bons costumes recomendados pela Igreja na preparação dos seus ministros.

Alocução de 1876

A exemplo de outras ciências, a abertura do ano lectivo representava a oportunidade de demonstrar a capacidade do professorado e da ciência por este adquirida:

...certo estava eu, vista a provada habilitação dos professores que de cada discurso inaugural viria a este estabelecimento literário honra para o orador, crédito para a casa, justa ufânia para a corporação e, o que mais recomendável ainda é, sólida instrução para os ouvintes.

Depois dirigiu-se aos seminaristas constatando com satisfação que os alunos entrados nesse ano não prejudicaram o ambiente estabelecido, antes integraram-se no sistema acatando de um modo imediato as orientações dos superiores. O receio da perturbação do ambiente interno, com a chegada dos novos alunos, formulado no ano anterior e agora recordado, serviu para o Prelado escusar-se do seu erro felicitando os alunos e animando-os a prosseguir na mesma linha.

Alocução de 1877

O tom do discurso deste ano é bem distinto dos anteriores⁵⁷. Acontece que foram poucos os alunos teólogos que se distinguiram no aproveitamento e aplicação. Este facto foi constatado com alguma tristeza pelo Bispo, o qual, usando de um profundo sentido de oportunidade, alertou os seminaristas para os perigos de convencimento pessoal pelos prémios obtidos nos anos transatos, descurando um dever que por si mesmo exige constante aplicação. Convidava-os, assim, a examinar a consciência e a reflectir acerca das exigências formativas. Mas em nada tomou uma posição derrotista e alarmante, mais própria de perfeccionistas obsessivos, e louvou a atitude recta dos professores, em nada

empenhados em provar ao Bispo a superioridade não justamente merecida dos seus seminaristas. Para D. Américo dar prémios não é um fim em si, mas antes *que hajam estudantes que os obtenham*.

Ainda assim expressava um certo contentamento pelos 13 alunos que se haviam distinguido por bons sentimentos religiosos, regularidade de costumes, e exacto cumprimento das regras disciplinares.

Finalmente, comunicava que os exames anuais seriam presididos pelos professores do Seminário e não por estranhos, o que trairia grandes vantagens ao sistema de avaliação.

*Alocução de 1878*⁵⁸

As palavras do ano anterior, talvez recordadas aos alunos com insistência, surtiram frutos. O Prelado reconhecia lisonjeado os avanços realizados apesar de não atingidas as metas por ele desejadas.

Em poucos anos D. Américo enviaria os melhores alunos à Universidade Gregoriana, em Roma. A ambição do Prelado era formar, o melhor possível, o seu clero na certeza do benefício que daí viria para toda a Igreja. Queria Doutores que acima de tudo fossem verdadeiros pastores:

...que, se alguém nos notar que o Seminário não dá Doutores, responderemos afoitamente que dá Pastores; e que grangeará menos glória, mas com certeza é de mais proveito.

Seguidamente, enalteceu a acção dos superiores, colaboradores fundamentais na formação dos seminaristas, *cuja dificuldade só tem por igual o zelo e paciência com que o desempenharam, assim como só tem por galardão a satisfação própria, ao ver o vosso aperfeiçoamento moral.*

De entre os vários formadores distinguiu a acção pastoral do director espiritual e do Vice-Reitor, então Cónego Manuel Inácio da Silveira Borges, que nessa sessão havia proclamado a Oração de Sapiencia.

*Alocução de 1879*⁵⁹

Nesse ano terminavam as obras interiores e exteriores do Seminário. O Prelado fazia o balanço do tempo decorrido:

...semelhante ao viandante, que de longe em longe, pára na jornada, e lançando vistas ao caminho andado ganha forças para o que ainda lhe resta. Assim, com mais desafogo posso continuar o que jamais deve ter ponto, o vosso progresso moral e intelectual.

As reformas da Casa tinham em vista uma maior comodidade dos alunos para mais crescerem na vida espiritual e no cumprimento dos seus deveres. D. Américo destaca a Capela como o lugar a cuidar de um modo especial porque aí está a Divina Majestade e, por conseguinte, o culto deveria ser o mais digno e solene possível. Os pequenos detalhes com Deus sempre revelam a grandeza de alma e a humildade de um coração.

Posteriormente passou a felicitar os 28 alunos premiados assim como suas famílias, professores e mais superiores do Seminário. Recordou o prémio instituído no valor de 15\$000 réis, denominado Cardeal D. Américo, para o aluno eleito pelo Prelado e que mais se haja distinguido no mérito literário e moral.

*Alocução de 1880*⁶⁰

Por impossibilidade do Rev. Dr. Joaquim Luís da Assunção, preferiu a Oração de Sapiencia o Cónego Dr. Manuel Filipe Coelho. Este imprevisto serviu para o Prelado destacar o trabalho conjunto dos professores que na ausência de um não faltava a prontidão de outro.

O Seminário continuava em ascendente progressão. Disso se orgulhava D. Américo referindo-se às numerosas solicitudes de ingresso para o Seminário nem sempre atendidas em virtude *da falta de espaço, que não de escassez de meios*. As provas de seriedade nos estudos e nas virtudes haviam atingidos níveis mais elevados que em outros anos e esse facto era o que maior prestígio podia dar ao Seminário, e maior alegria ao seu Prelado.

A comunhão dos presbíteros com o seu Bispo facilitava a realização dos projectos da Diocese, mormente o recrutamento de vocações ao sacerdócio. As provas de fidelidade demonstradas ao Prelado pelos sacerdotes do Porto mereceu referência nesta sessão.

Os louvores públicos à obra do Seminário empreendida por D. Américo atingiu o seu auge no honroso reconhecimento do Romano Pontífice Leão XIII, quando por Este foi elevado ao Cardinalato:

Que me não enganava bem o provou, há pouco, o Santo Padre Leão XIII no paternal acolhimento com que me recebeu. Mal tínhamos trocado as primeiras impressões —de afecto pela sua parte e de filial dedicação pela minha— que logo entrou no assunto do Seminário, e não largou mão dele, enquanto se não inteirou do que mais importa a este estabelecimento.

Leão XIII conhecia os serviços prestados pelo Cardeal neste campo pastoral e sabia bem o prestígio alcançado pela Instituição nos anos do

seu pontificado. Em gesto de profundo reconhecimento, Leão XIII atribuiu a um aluno da diocese do Porto, por um período de sete anos, uma bolsa de estudos num dos principais colégios de Roma, deixada em legado por um Bispo italiano.

*Alocução de 1881*⁶¹

No discurso deste ano D. Américo fez especial menção ao aluno que viajara a Roma e como surpreendeu os examinadores nas provas de selecção⁶². Inicialmente estava previsto que fosse por um período de sete anos, mas atendendo à formação adquirida no Seminário e aos vastos conhecimentos de que deu provas, os examinadores entenderam por bem integrá-lo nos estudos teológicos, dispensando-o do curso filosófico de três anos. Como chegara a Roma em Abril e as aulas já haviam principiado, iniciaria os estudos no ano lectivo seguinte, e até essa data procuraria exercitar-se na prática da língua latina, usada por Mestres e alunos daqueles tempos.

Em virtude da necessidade de um secretário, anunciou que em breve procederia à nomeação de um sacerdote jovem que tivesse estudado no Seminário nos últimos anos. Terminava o discurso agradecendo aos familiares dos alunos presentes e aos benfeitores, de um modo especial ao Conselheiro Ministro de Estado e Governador Civil do Distrito, o Conselheiro Tomás Ribeiro. Aproveitando essa circunstância dissertou acerca da importância de formar ministros para a Igreja assim como bons cidadãos para o Estado e para a sociedade. Segundo D. Américo, *nesta casa não separamos o amor da religião do amor da pátria, nem distinguimos os interesses de uma dos interesses da outra.*

*Alocução de 1882*⁶³

Quando na actualidade se aborda a questão das vocações tardias como uma novidade dos tempos actuais no seio da Igreja, isso não corresponde à realidade. Nos livros de matriculas figuram idades bem distintas e exemplo dessa circunstância foi o orador da presente sessão, o Cónego Dr. Teófilo Salomão Coelho Vieira Seabra que deixara os estudos literários para pedir a admissão às Ordens Sacras, sua grande ambição:

Deus a satisfez e tão plenamente que não só o admitiu a Ministro do Altar, mas permitiu completasse com louvor seus estudos, e ainda viesse aqui repartir a ciência neles adquirida.

Enquanto alguns cristãos lutavam por uma Igreja mais viva no seio da comunidade civil outras vozes se levantavam contra ela através das discretas investidas da maçonaria e do aberto ataque do anticlericalismo. Havia dois anos que se suicidara o Padre reprovado no exame sinodal. A polémica atingir uma discussão tal que D. Américo viu-se atacado por vários flancos. A reacção católica foi protagonizada pelo Prelado e clero, porém é de destacar a acção relevante do laicado portuense neste tema.

De facto, a Igreja enfrentava um duro período em virtude do regalismo vigente, mas a D. Américo servia-lhe de estímulo o seu Seminário. Nos anos oitenta a Casa já não suportava todos os alunos que desejavam frequentá-la, tal foi o prestígio que atingir de Casa de formação e escola de sacerdotes:

Quando há dez anos delineamos e principiamos o aumento deste Seminário, havia muito que a média dos seus alunos internos e externos não atingia o número de 60. Hoje sobe a 70 o dos que nele se acham recolhidos, e chega a 100 os que esperam lhes chegue a sua vez, e com grande magoa minha ainda não pude atender.

Com satisfação se pronunciava o Prelado orgulhoso da sua obra e insatisfeito pelas limitações da mesma. Sempre a mais. Este era o desejo de D. Américo. Tomou o Seminário como seu em todos os sentidos. Reformou-o, vigiou-o e dirigiu-o sem prejuízo da atenção que merecia todo o rebanho. Quando o Seminário se solidificou, o Cardeal soube afastar-se e confiar plenamente nos formadores que havia nomeado:

Não estranheis, os que de entre vós sois mais antigos nesta casa, se me não vedes nela tão assíduo como em tempos anteriores. Não é da minha parte menos interesse por vós e pelo bem estar de todos; é sim mais descanso e plena confiança naqueles que, em meu nome, vos dirigem.

Terminou a sessão referindo o quanto lhe havia sido difícil, nesse ano, eger o aluno ao prémio D. Américo. Os candidatos eram dois de igual mérito, preferindo, ao final, o mais antigo na Casa, mas gozando de especial menção o que ficava sem distinção. A educação de D. Américo e a sua grandeza humana plasmavam-se nos detalhes mais insignificantes, incapaz de ofender a alguém e sempre amável para com todos.

*Alocução de 1883*⁶⁴

Pelo contexto deste discurso verificamos um certo constrangimento provocado pelas críticas sociais a D. Américo. Ante os seus olhos contemplava o Seminário desejando que as vozes críticas ouvissem:

...o que arraigados erros a obriga (Igreja) a negar: as ciências ensinadas á face da revelação divina em conformidade da autoridade da Igreja, e ao mesmo tempo desenvolvessem a luz da razão humana, respeitando os seus direitos fazendo constante uso dele.

Todos quanto seguissem vendo na Igreja um «sócio» para atingir fins políticos deveriam destituir-se dos seus propósitos:

Adoradores da religião única e verdadeira de que somos Ministros; respeitadores da leis do Pais de que somos súbditos, formamos aqui Padres para a Igreja, preparamos cidadãos para a pátria, não damos adeptos a partido nenhum.

A mensagem fôra transmitida com serenidade num espírito de advertência àqueles que só sabiam politizar questões, não raras vezes, reservadas aos Prelados e membros da Igreja. A gerência de assuntos eclesiais, segundo o senso comum, não são opináveis por aqueles que se gloriam de anticlericais e ateus.

Como já referira no discurso anterior, a Diocese carecia de mais estruturas para a formação dos seminaristas e, por esse motivo, D. Américo decidiu a construção de um Seminário para os estudos preparatórios. Depois de obtidas as licenças do Estado e adquirida a propriedade deu início ao Seminário dos Carvalhos.

*Alocução de 1884*⁶⁵

O presente ano lectivo foi distinto. Os alunos de preparatórios já haviam passado para o Seminário dos Carvalhos, contudo a Casa seguia cheia. Com frequência o Prelado dirigia-se às famílias pela generosidade demonstrada em confiar os filhos a tão prestigiada escola. Eles, também formadores de padres, aufeririam das mesmas graças do céu e a Diocese ver-se-ia enriquecida à custa dos sacrifícios assumidos, sempre compensados por Deus.

D. Américo acolhia os novos alunos com um profundo sentimento paternal incentivando o colectivo a partilhar a mesma vocação no exercício perfeito da virtude, aplicados nos estudos e na vida de piedade.

*Alocução de 1885*⁶⁶

A Oração de Sapiencia desse ano não viria mais a propósito. O orador, Cónego José António Correia da Silva, dissertou acerca da *civili-*

zação da Cruz como *única e verdadeira*. Nesse mesmo ano D. Américo havia sido provado com a questão da confraria de Santo António da Água Ardente. O suscitado movimento anticlerical contra o Prelado foi visto por este como privilegiado momento de encontro com Cristo:

Deus é sempre justo, mesmo quando a par das mercês, que por sua infinita bondade dispensa, nos experimenta também com alguma tribulação; e é nessas ocasiões até, que mais manifesta quanto é misericordioso, mitigando o sofrimento com algum benefício que o compense.

Nessa sessão agradeceu publicamente os serviços prestados pelo Vice-Reitor, Dr. Manuel Inácio da Silveira Borges, recolhido na ilha de S. Jorge por motivos de doença, e apresentou o novo Vice-Reitor, o Dr. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro, regressado de Roma, onde havia concluído o Doutoramento. Quis a Providência divina que este homem dirigisse os destinos do Seminário até à morte do Bispo-Cardeal:

Hei-lo de regresso, a cumprir a promessa de prestar á diocese o serviço que seu Prelado lhe designar. Confiamos-lhe a superintendência desta Casa, e a regência de uma das cadeiras do seu curso.

O Prelado, sempre que possível, preferia relacionar-se com os «homens da Casa». O motivo era simples: perfeitos conhecedores da realidade não careciam de tempo de adaptação e proveriam de acordo com o sistema vigente. Além do mais, os alunos sentir-se-iam mais aconchegados por alguém que já conhecia o Seminário e que, como eles, havia experimentado igual educação e disciplina. A intenção do Prelado é que os alunos se sentissem perfeitamente familiarizados com os seus superiores: *Bem vedes Seminaristas, que vos não damos por Superior um estranho, mas antes um amigo e quase companheiro.*

Alocução de 1886⁶⁷

Quase ao início do discurso D. Américo referia-se ao interesse dos numerosos assistentes habitualmente presentes nas sessões de abertura do ano lectivo. Depois de falar da eloquência dos oradores e do modo como explanam os assuntos prossegue:

Não, outros são os motivos, e mais lisonjeiros para todos nós, as causas pelas quais o Seminário é neste dia visitado com prazer e os que a ele acodem lhe trazem votos de bênção e prosperidade. É o amor, que todos nós portugue-

ses consagramos às coisas da religião, e como consequência natural o deleite com que escutamos a quem delas nos fala por modo digno, e a ansiosa esperança com que olhamos para aqueles que se destinam a ser em breve os seus Ministros. Sois vós, Professores, que os fiéis vêm ouvir; sois vós Seminaristas, que eles vêm ver; são uns e outros que eles neste dia aplaudem satisfeitos.

O testemunho de boa preparação académica deveria, segundo D. Américo, animar os alunos para no dia de amanhã, a exemplo dos seus mestres, prosseguir no caminho da pregação e eloquência. Uma vez mais recordava o Prelado que *ciência e costumes eram os dois predicados, que o povo com toda a razão quer ver num sacerdote para lhe chamar exemplar*. Terminava o discurso felicitando os alunos distinguidos nesse ano pelo mérito obtido nas duas referidas matérias.

*Alocução de 1887*⁶⁸

Na mesma linha seguia a alocução deste ano. A missão do Seminário tinha por única função formar e desenvolver capacidades científicas, não do mesmo modo que os institutos universitários, mas atendendo, além do mais, à formação recta do coração, da consciência e perfeito conhecimento da virtude consolidando-se a sua prática. Aquele a quem Deus dotou de especial inteligência está obrigado a corresponder à generosidade do Criador. Da sua entrega ao dever depende a instrução moral, civil e religiosa do povo.

O prestígio do Seminário seguia em aumento e apesar da construção do Seminário dos Carvalhos e por mais alunos que este estabelecimento recebesse era *sempre maior o número dos que ficam de fora á espera de entrar*.

*Alocução de 1888*⁶⁹

Nesse ano proferiu a Oração de Sapiencia o Dr. Teotónio Vieira de Castro sobre o *Papel do Romano Pontífice nas relações com a civilização*. Tema mais querido a D. Américo não seria fácil encontrar e orador mais qualificado tão pouco. Recorde-se que o Dr. Teotónio passara cinco anos em Roma e isso haverá contribuído para constatar a importância do Vigário de Cristo no destino dos povos.

A exigência da perfeição, ou melhor, da santidade dos alunos continuava patente no pensamento de D. Américo. Insistia alto e bom som no empenho dos alunos como correspondência ao chamamento de Deus e aos dons dos quais Ele os dotara:

É permitido a um aluno aplicado ao estudo dizer, com verdade, não posso ser o primeiro na aula, porque o talento me não auxilia; não posso elaborar na prática evangélica, porque não possuo o dom da eloquência; mas o que não é lícito ao Seminarista é acrescentar, e não posso também ter o procedimento moral e religioso exigido pelo estado a que me destino.

Com algum pesar constatava a falta de esforço de alguns alunos mas gloriava-se pelo mérito moral que todos se esforçavam por alcançar, alguns fielmente como provam os prémios atribuídos. Professores e demais superiores do Seminário são os agentes de uma formação integral, humana, cristã e literária. A todos o Prelado tributava a mais sentida homenagem.

Alocução de 1889⁷⁰

Ao ouvir o orador daquele ano, D. Américo recordou um dos momentos da sua vida que classificou de acidental ou por influência do monarca, nunca por méritos próprios, ou seja, a elevação a Cardeal da Santa Igreja. Nas celebrações que se sucederam ao evento, o Seminário do Porto associou-se ao seu Bispo e o aluno que pronunciara o discurso foi o mesmo que nesta sessão protagonizava a *Oração de Sapiência*.

As palavras que se seguiram são de uma riqueza teológica e pastoral relevantes. Elas sintetizam a missão de conhecer as verdades da fé, de as viver e de as levar a todo o mundo para que todos conheçam a Deus:

Os vossos trabalhos são muito longos e assíduos para que os não inspire e anime num sentimento mais elevado; e esse não há-de ser outro senão a fé nas verdades, cuja guarda nos foi confiada, a esperança no galardão que nos está prometido, o amor de Deus, cujas funções exercemos, e do próximo a quem as consagramos. E por isso quanto mais impugnada for a revelação, mais ilustrada deve ser sua defesa, quanto mais penosa a vida na terra, mais firme a crença na do Céu, e quanto mais adversos nos forem os homens, mais os ganharemos para os ganhar para Deus.

Terminou a intervenção dirigindo-se aos alunos premiados e ao coro das Oficinas de S. José que, em conjunto com o Seminário, cantaram na Missa do Espírito Santo.

Alocução de 1890⁷¹

Decorridos 19 anos de pontificado, O Bispo-Cardeal fez um balanço, longe de vangloriar-se nos feitos, centrando a acção episcopal

em torno ao Seminário. Consistia grata alegria a obra dos Seminários na Diocese e, apesar de dois, um terceiro já seria necessário. Vivesse D. Américo alguns anos mais e seguramente o veríamos. A repercussão que tal Instituição na vida da Diocese portuense é assim descritas pelo seu Prelado:

O que, porém, mais importa, o que constitui verdadeiramente um Seminário como escola e viveiro eclesiástico, e por tanto mais me consola, é a sólida instrução adquirida em doudas prelecções por discípulos aplicados e com distinto aproveitamento; é a boa educação moral, civil e religiosa com que estes Levitas se apresentam para subir ao altar; é a abundância de Sacerdotes daqui saídos para o meio dos fiéis, levando-lhes luz e sal, ensinando-os e dirigindo-os pelo caminho do bem; é o número já avultado de Párocos e coadjutores aqui preparados e nas freguesias acolhidos com respeito e conservados com amor; é enfim todo o bem que tem espalhado, e o crédito que tem dado a esta casa, a ponto de que, quando algum diocesano me recomenda um Pároco não esquece dizer, foi Seminarista daqui, como quem resume um elogio, e completa a boa informação.

Esta realidade, inevitavelmente, produzia uma certa perplexidade no episcopado português da época. Como era possível que a Diocese do Porto, protagonista e palco de tantos conflitos sociais e políticos, poderia no fim do século XIX ter os seus Seminários cheios, um clero mais ilustrado e as paróquias providas de pároco e coadjutor quando outras se viam no meio de uma grande crise de vocações. A resposta é simples: D. Américo e sua política tão insistentemente proclamada, Ciência e Virtude.

*Alocução de 1891*⁷²

Depois de felicitar o orador desse ano e saudar os novos alunos, dirigiu-se a todos sem distinção enumerando responsabilidades e preceitos a cumprir em ordem a lograr com proveito a formação que se lhes oferece. A missão do clero é insubstituível e dele carece toda a sociedade. *Com eles, um Bispo tudo pode, sem eles nada vale.* Breves palavras mas expressão de uma realidade objectiva.

Mais que nos anos anteriores os alunos obtiveram prémios no âmbito literário e D. Américo não deixou passar a oportunidade de felicitá-los recordando a persistência no caminho já percorrido. Por estes, pela primeira vez, foram distribuídos três prémios pecuniários no valor de 15\$000 réis, para além dos habituais livros oferecidos pelo Cardeal.

*Alocução de 1892*⁷³

A importância dos Seminários menores é fulcral para o recrutamento de vocações. A história assim o atesta e quando, por motivos quase sempre injustificados, os prelados prescindiram deste alfofre de vocações logo se faz sentir a crise vocacional, necessitando-se anos para recuperar a sementeira perdida. Nesse ano os alunos provenientes do Seminário dos Carvalhos foi de 24. Acompanhou-os à abertura das aulas do Reverendo Vice-Reitor que mereceu reconhecimento do Prelado pela amizade e dedicação aos seus alunos. A formação para o sacerdócio deve ser cuidada deste muito cedo como medida pedagógica e, sobretudo, para criar hábitos de vida. É distinto um aluno externo dum aluno interno e se ambos se destinam ao mesmo serviço não há motivo para diferenciação de circunstâncias. O único impedimento encontrado por D. Américo foi a incapacidade de receber uns e outros debaixo do mesmo tecto por falta de espaço na Casa. Tempos esses que bem merecem a classificação de época de ouro do Seminário do Porto.

*Alocução de 1893*⁷⁴

Pela primeira vez, nestas alocuções refere-se ao trabalho dos superiores de ambos Seminários como uma acção conjunta na qual partilham as mesmas preocupações, os mesmos sofrimentos e méritos. Depois agradece a crescente participação dos fiéis na sessão e dá início a uma breve dissertação acerca do anjo da guarda, concedido por Deus a cada cristão que serve de amparo e de alento enquanto vivemos na terra:

O anjo dado por Deus a cada cristão para o guardar olha por ele quer no trabalho do dia, quer no remanso da noite, e nem um momento o abandona. Se triste consola-o, se descoroçado anima-o; desvia dele os perigos iminentes, e ensina-o a acautelar-se dos futuros; afasta-o de todo o mal, impele-o para todo o bem, e se culpado exorta-o ao arrependimento, reconcilia-o com Deus, e sustem a justiça do Céu prestes a castigá-lo. Na luta quotidiana da vida dá-lhe coragem contra a adversidade, modera-o na prosperidade; nas tentações acode-lhe para a elas resistir, e ao cabo de cada dia oferece a Deus as boas obras do de hoje, para que lhe obtenham a bênção das do amanhã.

*Alocução de 1894*⁷⁵

Nesta sessão D. Américo acusa-se de alguns problemas físicos, sobretudo a perda de ouvido. A partir desta data o estado de saúde vai piorando e as limitações em aumento.

A solicitude pastoral demonstrada no Seminário tem como fim último dotar as paróquias de um clero sábio e santo e ambos objectivos puderam ser experimentados por D. Américo, a quem o seu clero obediência e venerava como pai:

...por vezes acontece ser preciso um Pároco para uma freguesia insignificante. Digo insignificante não pelo ministério, que é o mesmo em todas, mas porque dá ao Pároco uma cóngrua, que mal chega, se chega, para sua sustentação. Chamo então um Presbítero, que foi Seminarista, e desses beneméritos. Esta freguesia não tem Pároco; está nestas condições: vai para ela? Pergunto eu. Ordenei-me para serviço da Igreja, me responde ele: se o meu Prelado carece de mim, ordene e eu vou. Ele aí vai, ao encontro de dificuldades, de privações, em que a fome é o menos, só cheio de boa vontade: e passados poucos meses, algumas semanas, vem uma deputação dos fregueses com lágrimas de satisfação agradecer o bom Pároco, que lhes dei, e pedir que a igreja não seja posta a concurso, porque não querem outro.

Eis o que exige o povo —um sacerdote douto e santo—. D. Américo conhecia melhor do que ninguém as necessidades do seu rebanho e por isso providenciou no sentido de dar-lhes muitos mas, acima de tudo, sábios e santos Ministros de Deus.

Alocução de 1895 e 1896

Destes dois anos não conhecemos discurso escrito. As sessões decorreram como em anos anteriores e com afluência de muitas pessoas. Apesar de não proferir discurso sabe-se que D. Américo esteve presente em ambas sessões, a última em 1896. Motivos de saúde, posteriormente, obrigaram-no a retirar-se fisicamente, porém seu coração seguiria latindo pela obra que afinal foi a sua e pela qual deu-se e deu grande parte do que possuía.

Se analisarmos cronologicamente os discursos proferidos por D. Américo na abertura do ano lectivo, verificaremos uma crescente relevância nos temas tratados, segundo as necessidades pastorais relacionadas com a vida interna do Seminário. Assim, as primeiras alocuções, depois de apelar ao esforço de todos para superarem o momento de transição relativamente à organização dos estudos eclesiásticos, centram-se, sobretudo, nas exigências do ministério sacerdotal, na importância do estudo e, por conseguinte, da dotação do Seminário de um professorado competente. Contudo, para que isto se tornasse realidade seria necessário prover o Seminário de instalações dignas e adaptadas às novas circunstâncias. Para o efeito promoveu-se a construção de

um Seminário de estudos preparatórios, destinando-se o Seminário Maior somente para os alunos de estudos eclesiásticos superiores.

Depois de haver logrado organizar internamente o Seminário, D. Américo, dispoñdo de todos os meios eficazes para dispôr de uma boa escola, exigiu aos seminaristas que os seus estudos fossem concluídos com as maiores classificações possíveis. Este assunto mereceu-lhe numerosas referências nos discursos, chegando mesmo a instituir prêmios para os melhores alunos. Os efeitos desta política logo se fizeram sentir. Em poucos anos, D. Américo enviava alguns alunos a Roma ou Coimbra para prosseguirem os seus estudos e assim regressar à Diocese que os havia iniciado na formação académica.

Nos últimos discursos vemos como o Prelado contemplava a obra empreendida, ainda que advertindo, com insistência, de que a pureza de doutrina deveria ser a meta final de qualquer professor ou aluno. Os tempos de provação que lhe tocou viver, viram-se, segundo ele mesmo confessou, compensados pela grande escola que formou. Em conclusão, podemos reafirmar que a única preocupação e prioridade da formação dos futuros presbíteros se centrou na dupla exigência tantas vezes repetidas por D. Américo: ciência e vida de piedade. Ao longo do seu episcopado, este ilustre Prelado não se cansou de repetir insistentemente a mesma lição. Não sendo nosso propósito alongar-nos na análise mais detalhada dos discursos podemos, contudo, salientar que ditas alocuções mereceriam um estudo situado, ou seja, em relação ao momento histórico vivido em cada circunstância.

2.2. D. António Barroso (1899-1918)

D. António José de Sousa Barroso nasceu na freguesia de Remelhe, em Barcelos, a 5 de Novembro de 1854⁷⁶. Aos 17 anos, após o exame de instrução primária, estudou em Braga, onde aprovou nos exames de latim e português, no ano de 1871. Dois anos depois, desejando fazer-se missionário, ingressou no Colégio das Missões Ultramarinas, em Cernache do Bonjardim⁷⁷. Aí realizou os estudos preparatórios e o curso teológico distinguindo-se como aluno brilhante em todas as matérias, excepto a matemática⁷⁸. Ordenado sacerdote por D. José Ferrão de Carvalho Martins, celebrou a primeira Missa no dia 15 de Outubro de 1879, na sua terra natal. No ano seguinte partiu para Luanda na companhia de D. José Sebastião Neto para a 13 de Fevereiro de 1881 fundar uma missão no Congo, juntamente com o Padre Sebastião José Pereira⁷⁹. O contexto social e político impuseram-se

como as primeiras dificuldades à missão católica. Os protestantes estavam no terreno e o rei do Congo parecia simpatizar mais com os ingleses do que com os colonizadores lusos. Mas apesar do panorama não ser animador, o Padre Barroso desenvolveu tal acção missionária que em breve conquistou a simpatia e o apoio da população, do rei e, inclusivamente, da missão rival⁸⁰. Pelos estudos elaborados acerca do insigne sacerdote não parece caber qualquer dúvida relativamente ao papel fundamental do Padre António Barroso no restabelecimento da influência portuguesa no Congo:

O Padre António José de Sousa Barroso é considerado, por quantos o conhecem, como o primeiro missionário português, o grande amigo do rei do Congo, e a maior e mais importante individualidade europeia de todo o norte de Angola⁸¹.

Anos mais tarde, como veremos no decorrer do presente estudo, o Estado português ignoraria o patriotismo deste homem e fazia-o sentar no banco dos réus, acusando-o de traidor da Pátria.

A 12 de Fevereiro de 1891 foi apresentado pelo governo na Prelazia de Moçambique. Leão XIII confirmou a proposta e a 5 de Julho do mesmo ano foi sagrado bispo, na Sé de Lisboa⁸². No ano seguinte assumiu a Prelazia e nela desenvolveu uma acção pastoral de grande envergadura, onde empreendeu visitas pastorais com frequência, fundou diversas missões, o Instituto Leão XIII, para raparigas indígenas, e o Instituto Rainha D. Amélia⁸³.

Em Maio de 1898, já nomeado bispo de Meliapor, viajou até à Índia, via Roma onde se encontrou com Leão XIII, o qual lhe ofereceu um cálice de prata com labores de ouro. D. António entendeu que esse precioso objecto deveria ser oferecido à sua nova diocese, e assim o fez⁸⁴. Nela contactou com as populações, inclusivamente as mais longínquas e proveu na educação dos futuros sacerdotes dando ao Seminário novos estatutos, programando o curso teológico para quatro anos, dois dos quais de filosofia tomista. Em apenas onze meses deixou um legado notável ao seu sucessor, proveniente da diocese para a qual D. António fôra nomeado, o Porto. Adriano de Sá conheceu D. António em Meliapor definindo-o um grande Apóstolo do Bem⁸⁵.

A 2 de Agosto de 1899 dava entrada na Diocese do Porto, acolhido por uma imensa multidão conhecedora dos dotes pastorais do novo Prelado. António Brásio faz uma recompilação excelente de todo o movimento gerado com a chegada do Prelado, desde a passagem por Coimbra, e diversas localidades, até chegar à cidade do Porto, onde

em procissão desde a igreja de Santo Ildefonso, entrou na Sé Catedral⁸⁶. De aspecto físico cansado e aparentemente consumido na causa do Evangelho, iniciava a última fase do seu episcopado e com ela a grande cruz do sofrimento que, como veremos, o conduziu à glória popular, orgulho nacional e, esperemos que para breve, à honra dos altares. Na primeira Carta Pastoral dirigida aos diocesanos exprimia a vontade de servir e amar o seu povo até ao fim: *Podeis crer, filhos caríssimos, que o Paço do vosso Bispo há-de ser o refúgio dos vossos males*⁸⁷.

2.2.1. Contexto social e político do seu pontificado

O anticlericalismo social e político, dos inícios do século XX retomou o ideal anti-jesuítico de tempos do Marquês de Pombal. As últimas décadas do século XIX deixavam antever esta tendência e as possíveis consequências. Um dos intervenientes acérrimos nesta questão foi Alexandre Herculano. Suas são as obras onde o desrespeito e a pouca simpatia votada aos clérigos, sobretudo regulares, mereceu considerações de sobra. No ano de 1901 era editada uma obra dirigida ao Bispo do Porto na qual se atacava odiosamente os jesuítas⁸⁸. Os religiosos regulares, detentores de numerosos centros educativos foram, inicialmente, os mais visados em todo o processo de laicização da sociedade. Segundo os republicanos, as agrupações religiosas representavam uma ameaça ao novo poder institucional. De entre elas a que maior receio despertava eram os Jesuítas. O movimento devocional favoreceu esse espírito associativo social, unindo os católicos de todas as classes sociais. Muitas destas devoções foram promovidas e difundidas pela Companhia de Jesus. Os periódicos de então davam uma imagem degradante e tendenciosa da vida nos conventos, com o fim de incitar o povo contra os religiosos. Por esse motivo vimos como a arraia miúda tomou parte, em 1910, nos assaltos e roubos a tantos conventos e seminários. O ódio era tal que se submeteram os Jesuítas a uma humilhação singular. Miguel Bombarda escreveu sugerindo a deportação dos religiosos a uma ilha deserta e Eurico Seabra dava a conhecer a imoralidade das casas religiosas⁸⁹. Os clérigos submeteram-se às mostras de desprezo e ódio generalizado, pelo menos nos grandes centros urbanos. A maçonaria estava na sombra, mas tão activa como os executores das suas ideias. O jornal católico *A Palavra* foi assaltado e apedrejado. O anticlericalismo liberal abriu passo à *Questão religiosa* vivida até à Lei da Separação⁹⁰.

Os republicanos seguiam os mesmos passos que os liberais do século anterior. Na Igreja viam plasmado o espírito monárquico e inimigo

da República. Para enfraquecer o seu poder havia que destruir as estruturas e os mandos principais. Assim se procedeu contra os Prelados e contra as associações religiosas, mesmo quando demonstrada a simpatia pela nova ordem estabelecida. D. António Barroso, como muitos outros prelados, foi vítima das maiores afrontas contra a sua pessoa e contra a Igreja portugalense, como já há muito não se verificava.

2.2.1.1. O fim do Regime Concordatário

O projecto republicano pretendia subtrair a influência do catolicismo na sociedade tradicionalmente católica a fim de realizar uma transformação cultural profunda. Para o efeito, o Governo Provisório adoptou uma política laicizadora, medidas estas tomadas após a implantação da República e, por conseguinte, a separação entre Igreja e Estado. Esta empresa suscitou alguns receios, entre os quais a excessiva liberdade que a Igreja poderia lucrar com a Separação. Sampaio Bruno, líder republicano da cidade do Porto, defendia um certo indiferentismo, por parte do poder civil, ante as instituições religiosas. Por outro lado, reconhecia que o poder político não poderia ficar desarmado ante uma Igreja livre⁹¹. Assim pensou Afonso Costa que, como veremos, conservou a tradição regalista submetendo a Igreja ao beneplácito e ao Padroado do Oriente.

A lei da Separação Igreja-Estado foi publicada a 20 de Abril de 1911. Segundo Vitor Neto, o Ministro da Justiça, Afonso Costa, ter-se-á inspirado nos modelos do galicanismo francês de Jean Gerson e na tradição regalista portuguesa de António Pereira de Figueiredo⁹². O diploma era constituído por cento e noventa e seis artigos divididos em sete capítulos⁹³, a saber:

- Cap. I Liberdade de consciência e de cultos
- Cap. II e III Exercício do culto
- Cap. IV e V Edifícios e bens do culto
- Cap. VI Sobrevivência dos ministros da religião
- Cap. VII Disposições gerais e transitórias

Estávamos perante a segunda Lei da Desamortização contra a Igreja Católica Portuguesa. A partir deste momento, o Decreto reconhecia a plena liberdade de consciência e o livre exercício da religião que cada qual professasse, desde que não ofendesse a moral pública e os princípios do direito português. O culto deixava de ser subsidiado pelo Estado e os paroquianos livres do pagamento de qualquer cômgrua aos seus párocos. Os rendimentos do culto seriam geridos por comissões ou corporações de assistência e beneficência existentes. O Decreto na-

cionalizava a propriedade eclesiástica e determinava que as comissões concelhias procedessem ao arrolamento e inventariação dos bens de cada paróquia ou instituição religiosa. Muitos edifícios expropriados serviram para instalar serviços de interesse público. Os edifícios de culto e residências dos Prelados e párocos poderiam ser ocupadas desde que em nada ofendessem a autoridade do Estado. Do mesmo modo se conservavam os edifícios dos Seminários das dioceses de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora, destinados à formação do futuro clero, acabando os estudos de preparatórios em todas as dioceses do País. Assim, os Seminários eram privados de sua liberdade uma vez que o Estado se arrogava o direito de reformar os estudos eclesiásticos e fiscalizar o seu funcionamento. O clero seria remunerado com uma mísera pensão e todos os eclesiásticos proibidos de usar hábito ou vestes talares fóra dos templos e dos actos litúrgicos⁹⁴.

Além destas medidas ordenou a expulsão das Ordens religiosas e o arrolamento de todos os seus bens. Em relação a esta matéria encontramos um caso isolado, na cidade do Porto. As religiosas do Bom Pastor, que viviam na Rua do Vale Formoso, em Paranhos, habitavam uma casa que foi comprada pelo pai da Superiora, Irmã Maria do Divino Coração. Como seus pais eram de nacionalidade alemã os bens do convento não puderam ser incorporados nos bens nacionais, o que viria a acontecer em 1918 quando Portugal entra na guerra com a Alemanha⁹⁵.

O radicalismo e severidade infringidas à Igreja por Afonso Costa e seus sequazes provocou uma acesa polémica entre estes e os monárquicos e católicos portugueses. A questão verter-se-ia em milhares de páginas de periódicos e livros onde ambas partes defendiam o seu ponto de vista e atacavam o do adversário. As sucessivas portarias definiam bem o clima anti-clerical do poder civil: o juramento de carácter religioso era abolido, assim como o da Imaculada Conceição e outros a que obrigavam os estatutos da Universidade de Coimbra. As matrículas do 1º ano da Faculdade de Teologia foram proibidas e extinta a cadeira de Direito Eclesiástico da Faculdade de Direito. O ensino da doutrina cristã foi abolido das escolas e considerados dias laboráveis todos os dias santificados, com excepção do Domingo. Estas e outras medidas não podiam deixar indiferente todo o episcopado e parte da sociedade. O que se decretava era puro ódio e desejo de ver aniquilada a Instituição à qual Portugal muito devia. A provar esta nossa afirmação estão as declarações de Afonso Costa:

Está admiravelmente preparado o povo para receber essa lei; e a acção da medida será tão salutar, que em duas gerações Portugal terá eliminado com-

*pletamente o Catolicismo, que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu... Saiba ao menos morrer quem viver não soube*⁹⁶.

A Lei da Separação voltou ao parlamento em 1914 havendo já vozes discordantes no tratamento conferido à Igreja portuguesa, criticando o radicalismo da lei⁹⁷. Em 1917, Sidónio Pais, anulou os castigos que pesavam sobre prelados e outros ministros da religião e modificou as disposições da Lei de Separação que mais feriam os católicos⁹⁸.

2.2.1.2. Os anos difíceis das primeiras Repúblicas

A resistência da hierarquia eclesiástica não se fez esperar, apesar de guardarem prudência ante os acontecimentos sociais e políticos da época⁹⁹. No entanto, outros prelados demonstraram o desacordo com o Governo nas medidas anti-clericais adoptadas. Esse foi o caso do Bispo de Beja que, ameaçado de morte, se viu forçado a refugiar-se em Sevilha, comunicando ao poder político a nomeação de um Governador e Vigário Geral para a diocese. Em resposta, o Governo, adoptando uma atitude tipicamente regalista, destituiu D. Sebastião Leite de Vasconcelos das funções de Bispo de Beja.

Na Pastoral Colectiva do episcopado português recusava-se qualquer legitimidade do Governo em matéria religiosa. A ingerência neste campo não seria reconhecida pela autoridade da Igreja portuguesa, nem pelos seus ministros e fiéis. A pastoral sintetizava a argumentação teológica produzida nas últimas décadas pela Santa Sé e acusava a República de se assumir não somente como acatólica mas, sobretudo, como anticatólica¹⁰⁰. Aos bispos portugueses só lhes restava condenar a legislação republicana e tentar salvaguardar os interesses do catolicismo nacional. Como era de prever, Afonso Costa negou o beneplácito a este documento mas, como veremos mais adiante, alguns prelados ousaram desafiá-lo e defender a Igreja até às últimas consequências.

Pio X, em 1911, na Encíclica *Jandudum in Lusitania*, sobre a Lei da Separação da Igreja do Estado em Portugal, opôs-se ao regalismo republicano e acusou o regime de quebrar a união entre a Igreja portuguesa e Roma, negando ao Papa e aos prelados lusitanos o livre exercício da sua jurisdição. A posição do papado animou os prelados e governadores dos bispados a ordenar aos seus fiéis o dever de rejeitar toda e qualquer norma ofensiva à autoridade da Igreja. O Governador do Bispado do Porto, Dr. Manuel Luís Coelho da Silva, aconselhava o clero a recusar as pensões atribuídas pelo Estado; D. António Moutinho, bispo de Portalegre desafiava o poder político trajando o hábito

eclesiástico; D. Manuel Vieira de Matos, bispo da Guarda, dirigia ao Governo duras críticas contra a Lei da Separação, e o Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, ordenava aos párocos que não procedessem à inventariação dos bens e património das suas igrejas:

...que nenhum pároco, nenhum sacerdote, nem católico algum pode tomar parte em associação cultural, ou contribuir directa ou indirectamente para a sua formação, no sentido e nos termos do Decreto com força de lei de 20 de Abril próximo pretérito, sob pena de ser para todos os efeitos havido e considerado cismático, e como tal, incurso nas penas consignadas contra os cismáticos na Bula Apostolicae Sedis¹⁰¹.

Como consequência o Patriarca e o bispo da Guarda eram condenados ao exílio durante dois anos. Em Maio de 1912, nenhum bispo se encontrava em funções nos respectivos bispados¹⁰². Os republicanos não recuaram um passo e toda a sua estrutura, desde as comissões republicanas, às lojas maçónicas, aos carbonários e a Associação do Registo Civil, defenderam a nova legislação dando o seu apoio a Afonso Costa. Perante esta ofensiva a Igreja assumiu uma posição claramente defensiva.

2.2.1.3. A Desamortização de 1911 e o Seminário do Porto

Após a destituição de D. António Barroso, o Dr. Coelho da Silva, apresentou-se no Seminário dando ao Vice-Reitor plena liberdade para proceder como entendesse. Este, decidiu apresentar-se, como de costume, na Sé para o Sermão, no dia 12 de Março de 1911. Em Abril, o Seminário foi expoliado de todos os seus haveres. Em Setembro e Outubro eram arrolados todos os bens móveis, com excepção daqueles que não podiam ser retirados, os quais foram pagos a peso de ouro. Todas as mobílias dos quartos, pertencentes aos alunos, foram levadas, as quais tinham sido adquiridas por 6.000\$000 réis. Na noite de 29 para 30 de Setembro o Seminário foi roubado sem que fossem apurados quaisquer responsáveis pelo furto. Nesse mesmo dia, o Vice-Reitor expediu, ao presidente da comissão de inventários dos bens eclesiásticos, o seguinte ofício:

O presbítero António Ferreira Pinto, Vice-Reitor do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Conceição do Porto, reivindica para o mesmo Seminário a posse, uso, guarda e administração de todos os bens imóveis, móveis, alfaias e mais objectos pertencentes ao dito Seminário, quer se destinem ao culto católico, quer uso profano. Protesta, respeitosa mas veemente, contra a espoliação de todos os bens pertencentes ao Seminário do Porto, em qualquer tempo que ela se dê, mas, agora, dum modo muito especial.

Ainda, em nome dos direitos do povo tão altamente proclamados pelo actual regime, não pode o Vice-Reitor deixar de protestar contra a demolição de uma obra que, durante um século, foi construída, exclusivamente, com esmolas do povo e para a educação, quase exclusiva, dos filhos do povo.

Ex.mo Snr: Eu não creio que haja instituição alguma tão pródiga em benefícios á instrução como a Igreja católica, nem institutos tão amantes dos filhos do povo como os Seminários diocesanos. Quis o concílio Tridentino que nestes «sejam escolhidos de preferência os filhos dos pobres, sem todavia excluir os ricos, uma vez que sejam sustentados á sua custa e dêem as mesmas provas de dedicação a Deus e á Igreja».

Por estes e muitos outros motivos protesto perante V. Ex.^a contra o arrolamento dos bens do Seminário do Porto, considerando-o uma violência espoliadora dos direitos da Igreja, atentatória do interesse das classes populares e trabalhadoras e opositora do zelo que a Igreja e os seus ministros sempre têm manifestado e desenvolvido em favor da instrução e educação de todas as classes¹⁰³.

Ferreira Pinto, na sessão de homenagem há sua pessoa, em 1947, agradeceu publicamente a todos quanto o ajudaram no governo do Seminário, nessas horas difíceis¹⁰⁴. Uma Casa que tanto custara levantar, que tantos sacrifícios exigiu, via-se agora despojada de todos os seus bens. Mas, tal como refere Ferreira Pinto, imbuído de grande espírito sobrenatural, essa circunstância não lhe preocupava, mas antes daqueles jovens que ficariam privados do ensino, e as paróquias sem bons ministros:

Paciência e deixemos as lamentações que de nada servem! Não é de abundância de bens que carece a Igreja, mas sim da virtude, trabalho e dedicação dos seus ministros e tudo isto encontrou o Seminário no seu pessoal docente e administrativo¹⁰⁵.

Essa também foi a única preocupação de D. António Barroso, que nos seus Seminários nunca faltasse a formação necessária aos alunos que, no dia de amanhã, seriam colados nas paróquias e demais serviços e misteres diocesanos, ou de além mar. Se nos detemos a analisar o mapa das Ordenações, nos anos do seu pontificado, chegaremos á conclusão que D. António foi um bispo missionário na diocese que o amou e que sempre soube corresponder aos seus apelos. O número de vocações aumentou significativamente após uma mensagem dirigida aos diocesanos:

É ao Seminário que eu, como Bispo, voto todos os meus cuidados e interesse. Por isso, sinto o coração compungido quando vejo a sua frequência decrescer rapidamente de ano para ano¹⁰⁶.

Com a mesma força de expressão reagiu o Romano Pontífice Pio X, criticando a política regalista do Governo português, nas medidas adoptadas contra o ensino nos estabelecimentos destinados à formação dos candidatos ao sacerdócio¹⁰⁷.

Desde 1899 a 1918, D. António Barroso conferiu a Ordem Presbiteral a 415 candidatos. Nesses anos haviam frequentado o Seminário 467 alunos, pelo que podemos deduzir que 88% dos alunos chegaram ao sacerdócio. Os restantes 12% faleceram ou desistiram. Porém, distingamos duas épocas: antes e durante o exílio. Entre 1899 e 1909 ordenaram-se 256 sacerdotes, o que representa uma média anual de 25, e entre 1910 e 1918 cerca de 159 sacerdotes¹⁰⁸. Segundo Ferreira Pinto, o êxito verificado nestes anos, apesar do decréscimo verificado nos últimos tempos, significam o fruto do trabalho empreendido pelo seu antecessor, o Cardeal D. Américo¹⁰⁹. Após a Lei da Separação, com o encerramento dos colégios, a extinção da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e o encerramento dos seminários de estudos preparatórios, o recrutamento foi mais difícil e, por conseguinte, o número de vocações diminuiu. Para além dos sacerdotes ordenados, impôs as mãos àqueles que iriam servir a Igreja no ministério episcopal¹¹⁰.

2.2.1.4. A fundação do Colégio Português de Roma

Circunstâncias diversas conduziram dois ilustres eclesiásticos portugueses a intervir no processo de fundação do Colégio Pontifício Português, em Roma. Foram eles, D. António José de Sousa Barroso e D. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro.

A 28 de Abril de 1898 reuniu-se, no Hotel de Roma, a Comissão Promotora da criação do Colégio, com a presença de D. António Barroso, então Bispo de Meliapor, os Viscondes de S. João da Pesqueira, Mons. José de Oliveira Machado, Reitor de Santo António dos Portugueses, os padres Pio Gurisatti e Ricardo Tabarelli, da Congregação dos padres Estigmatinos e, ainda, o Cavaleiro António Brás¹¹¹. Como conclusão deste encontro deliberou-se dar passo à concretização do projecto já iniciado, ou seja, fundar em Roma um Colégio para a educação eclesiástica de jovens clérigos portugueses; designar uma comissão para obtenção da Casa para o feito, ficando assente que os alunos seriam admitidos após aprovação do respectivo Prelado; que o Colégio ficaria entregue aos Padres Estigmatinos, sendo o primeiro Reitor o Padre R. Tabarelli e que os primeiros alunos seriam recebidos gratuitamente.

Em Maio do mesmo ano reuniu uma vez mais a Comissão contando com a presença do Bispo Barroso, o qual deu ao Colégio, desde o

início, o maior apoio e prestígio¹¹². Também estava António Brás, considerado o idealizador do projecto¹¹³ e o Monsenhor José de Oliveira Machado¹¹⁴. Aqueles que, igualmente presentes, outorgaram ao projecto o apoio financeiro foram os senhores Viscondes da Pesqueira, que se haviam comprometido a oferecer ao Colégio, mensalmente, a quantia de 1000 libras, prometendo deixar em testamento capital necessário para prover às despesas da Casa nos anos imediatos à sua morte¹¹⁵. A acta foi assinada e, posta em prática as medidas acordadas, fizeram-se os primeiros contactos.

Leão XIII recebeu em audiência a D. António Barroso, por quem nutria um especial afecto¹¹⁶, assim como a 18 de Julho recebia os Viscondes da Pesqueira. A 22 de Janeiro de 1899, o Secretário de Estado do Vaticano comunicava o assentimento e apoio do Papa para a iniciativa da fundação do Colégio Português na Cidade Eterna. Sem demora, o Visconde tratou de escrever aos Prelados do Reino a pedir cartas de recomendação, necessárias para a aprovação da Santa Sé, sempre de acordo com as orientações do Nuncio Apostólico em Portugal. Com a mesma finalidade, visitou o monarca do reino de quem escutou reconhecidos agradecimentos pela obra empreendida. A 22 de Abril do mesmo ano, era aprovada uma lei parlamentar, em ordem a reconhecer os futuros estudos académicos em Roma, sempre que apresentados os requerimentos pelos prelados diocesanos.

A primeira casa a receber os estudantes estava situada no casino da Capela de Villa Borghese, junto da Praça Siena e da Porta Pinciana, perto da Universidade. A 11 de Novembro de 1899, D. Teotónio Vieira de Castro, sucessor de D. António Barroso em Meliapor, abençoou a Casa, celebrou solenemente a Santa Missa e consagrou o Colégio ao Sagrado Coração de Jesus. Esta última circunstância, recordemos, está directamente relacionada com a Irmã Maria do Divino Coração. Antes do seu falecimento parece que o assunto havia sido consultado com ela pelo director espiritual, o Dr. Teotónio. Leão XIII terá apreciado este gesto, o do acto de consagração do Colégio, pois, como já referimos, as comunicações da Beata Maria do Divino Coração influíram decididamente na Consagração do Género Humano ao Coração de Jesus, precisamente no mesmo ano da fundação do Colégio. Seja qual fôr o motivo, a verdade é que ainda hoje, passado já um século, podemos encontrar no Colégio um quadro com a fotografia da Religiosa, mandada colocar pelo senhor Visconde da Pesqueira¹¹⁷. Uma das suas preocupações era a formação dos sacerdotes, pelos quais, e com muita frequência, costumava oferecer os seus sacrifícios. No mesmo dia e hora, os Viscondes da Pesqueira repetiam o mesmo acto de consagração da Casa, porém em Paray-le-Mo-

nial, onde deixaram uma lápide comemorativa com a seguinte inscrição: *SS. Cordi Jesul Collegium Lusitanum/ nuper Romae Fundatum/ parodiil/ In Sacra Apparitionis Sedel/ Totum se devovit/ Die 28 Nov. 1899*¹¹⁸.

O pedido de erecção do Colégio, assinado pelos Viscondes da Pesqueira está datado de 17 de Julho de 1900, ao qual o Romano Pontífice contestou com a Carta *Rei Catholicae Apud Lusitanos*, de 20 de Outubro do mesmo ano¹¹⁹. Num acto de profunda generosidade, o Santo Padre ofereceu ao Colégio o palácio Alberini, situado na Via del Banco di Santo Spirito, desenhado por Júlio Romano, o maior discípulo de Rafael. Com o passar do tempo, o número de alunos foi em aumento. De 1900 a 1940 matricularam-se 193 alunos e, de 1942 a 1964, o número aumentou para 232.

Os Papas dispensavam, por diversas ocasiões, grandes provas de carinho para com o Colégio. S. Pio X, quarenta e oito horas após a sua eleição como Papa, recebeu os alunos e superiores, assim como os Viscondes da Pesqueira, pedindo, por escrito, ao Patriarca de Lisboa e a todo o episcopado português, o apoio necessário e possível em favor do Colégio. O Papa Pio XI autorizou, em 1923, a aplicação do estipêndio de algumas Missas em favor da Instituição. Em 1928 e 1934 recebeu os alunos em audiência particular, benzendo-lhes uma imagem de Nossa Senhora de Fátima; e em 1939 ordenou a reforma e modernização do edifício. Pio XII, no 50º aniversário da fundação do Colégio, escreveu ao seu Director a felicitá-lo pelo evento¹²⁰ e a 6 de Fevereiro de 1957 recebeu em audiência a todos os estudantes. João XXIII ofereceu uma casula no seu 80º aniversário e Paulo VI, quando recebeu o episcopado português, a 17 de Novembro de 1963, dirigiu-se aos alunos do Colégio com palavras de especial afecto e carinho. O interesse por este Colégio foi tal, por parte do episcopado português, que muitas dioceses enviavam aqui os seus alunos, como podemos observar pelo relatório de 1963-1964, decorridos, precisamente, 63 anos de existência¹²¹.

No mesmo Colégio, até 1963, estudaram alguns alunos que logo foram nomeados Bispos, em número de 27, como foi o caso dos Bispos do Porto D. Agostinho de Jesus e Sousa e D. António Ferreira Gomes. Este foi um Colégio que contou com o esforço de muitos, de entre os quais destacamos a colaboração imprescindível do Prelado portuense, D. António José de Sousa Barroso.

2.2.2. *Tempo de provação*

Descrever a acção pastoral de D. António Barroso sem referir as vicissitudes passadas nos últimos anos do seu episcopado, seria equiva-

lente a ignorar a honrosa história deste Prelado e da diocese do Porto. O Governo português, mais concretamente na pessoa do ministro da Justiça Afonso Costa, empreendeu uma perseguição hostil contra o Prelado portuense, chegando mesmo a sentá-lo no banco dos réus. As desfeitas e ingratidões protagonizadas contra este santo varão conheceram, entre outras, três situações que traduzem bem a intencionalidade ofensiva dos anticlericais da época.

Aquando da proclamação da República, em 1910, os bispos portugueses emitiram uma Pastoral Colectiva datada de 24 de Dezembro do mesmo ano. No dia 26 de Fevereiro de 1911, após a proibição da leitura da mesma por parte do ministro Afonso Costa, D. António Barroso ordenou a sua leitura a todos os párocos da diocese. Ora, em virtude da proibição do Governo, alguns párocos abstiveram-se da sua leitura e outros, ainda, remeteram-se simplesmente a um pequeno comentário. Esse facto levou a que o Prelado advertisse o seu clero e o obrigasse a ler a Pastoral Colectiva do Episcopado, para o domingo seguinte:

Constando-nos que alguns Rev.mos párocos não leram a pastoral colectiva no Domingo passado e, não havendo lei tal que o proíba e, ainda que houvesse, deviam obedecer ao seu Prelado, queira comunicar aos Rev. Párocos desse Distrito que serão suspensos se no Domingo seguinte não lerem ou não derem conhecimento do conteúdo da referida pastoral aos seus paroquianos¹²².

A 3 de Março Afonso Costa enviou um telegrama ao Bispo do Porto a fim de que este suspendesse a leitura da Pastoral, ao que o Prelado se comprometeu evitar, mas observando que o Beneplácito, após a legislação Constitucional, só se aplicaria a documentos emitidos pela Santa Sé Apostólica¹²³. É verdade que D. António suspendeu a leitura na cidade por temer desacatos e assaltos às igrejas¹²⁴. Ainda assim todos os párocos, conhecedores da posição do seu Bispo e cientes da injustiça cometida com a Igreja portuguesa, decidiram, com raras excepções, proceder à leitura da Pastoral. Afonso Costa, indignado pelo ocorrido chamou o Bispo do Porto a Lisboa, expondo-o a insultos e desrespeitos públicos e nomeando um tribunal, a 7 de Março de 1911, destituiu D. António Barroso das suas funções de Bispo e governador da Diocese do Porto. A sentença foi comunicada à Diocese nestes termos:

Além do constante no meu telegrama circular, cumpre-me comunicar a V. Ex.cia que o ex-Bispo do Porto fica impedido, até nova deliberação do Governo, de voltar a essa cidade, ou a qualquer outro lugar do Bispado. V. Ex.cia deve ir ao Paço Episcopal logo de manhã para em nome do Governo fazer guardar com todo o recato e absoluta integridade os papeis e todas as roupas e

*móveis do ex-Bispo. Também deve fazer guardar em nome do Estado o Paço Episcopal e todos os bens da Mitra. Este telegrama servirá a V. Ex.cia de documento bastante para executar as deliberações do Governo como se fosse ele próprio que para isso fossem necessárias*¹²⁵.

No Diário da República foi publicado o Decreto seguinte: «*É declarada vaga a diocese ou Sé do Porto para todos os efeitos legais*». Ao abrigo do decreto, o Governo ordenou ao Cabido que considerasse o Prelado morto e procedesse como de *sede vacante* elegendo Vigário Capitular. Afonso Costa exigia ao Cabido que decretasse em matéria reservada à Santa Sé e por esse motivo, os cônegos da Catedral opuseram-se a dar cumprimento aos ditames do Governo. Mas para a Diocese não ficar desprovida de autoridade eclesiástica apresentaram para o cargo o Deão da Catedral, Dr. Manuel Luís Coelho da Silva, o qual foi aceite pelo Governo. A D. António concedia-lhe o Estado uma pensão de um conto e duzentos mil réis pelos serviços prestados no ultramar, dinheiro que nunca chegou às suas mãos. Não havia decorrido um mês e D. António, depois de permanecer no Colégio de Cernache do Bonjardim, retirou-se para Remelhe, sua terra natal.

Estando no exílio, nova questão se levanta contra o Prelado, desta vez por entrar na Diocese sem autorização do Estado. Em Abril de 1913 o Prelado deslocou-se a Santiago de Custóias para representar o Papa Pio X como padrinho de Baptismo de um neto de José Joaquim Guimarães Pestana da Silva¹²⁶. O Governo moveu um processo contra D. António que se viu forçado a apresentar-se no banco dos réus, no Tribunal de S. João Novo a 12 de Junho desse ano. O Dr. Francisco Joaquim Fernandes foi o encarregado da defesa do santo Prelado. Começou por lembrar seus feitos em prol da Pátria e da Igreja no ultramar passando a descrever a acção tirana e injusta do Governo português. A sentença, ditada por Joaquim Pereira da Silva Amorim, não podia ser mais justa:

*Pelo exposto e mais dos autos e do direito aplicável, julgo improcedente e não provadas a acusação contra o acusado D. António José de Sousa Barroso, e por isso o absolvo e mando em paz*¹²⁷.

Quando o Prelado abandonou a sala foi saudado por uma multidão entusiasta que se ajoelhava a seus pés. Das janelas, as senhoras, atiravam pétalas de flores e todos celebravam o acontecimento, apesar de sabermos que o seu santo Bispo seguiria no exílio, o que viria a alterar-se nos princípios de 1914. A 3 de Abril o Prelado volta ao seu Paço e o acontecimento foi celebrado por toda a Diocese e amigos do Bispo.

Em 1917, ocorreu o terceiro incidente com o Governo, segundo o qual D. António havia ofendido a lei contra as congregações religiosas, autorizando algumas senhoras a viver em comunidade na paróquia de Vila Boa de Quires. Novamente o condenavam ao exílio. Sidónio Pais anulou a sentença e o Prelado, por fim, pôde voltar ao Paço de Sacais a 20 de Dezembro. Júlio Dantas, grande dramaturgo português, que conhecera D. António Barroso descreve assim um encontro com o Prelado:

Antes de me retirar, o Sr. D. António quis que eu visitasse o Paço. Assomamos a uma janela para ver, lá em baixo, no Douro faiscante de sol, a linha fenícia dos barcos rabelos subindo o rio. Quando, depois de atravessar as salas nobres da residência episcopal, quadros de opulenta fábrica seiscentista, com os seus tectos dourados em caixotes, as suas velhas pinturas, os seus silhares altos de azulejo, chegamos á pobríssima alcova onde dormia o Bispo do Porto á sua humilde cama de ferro coberta de chita, á sua tosca mesa onde havia apenas uma cruz e a Imitação de Cristo, os olhos, sem querer, turvaram-se-me de lágrimas, a figura angélica de Frei Bartolomeu dos Mártires resplandeceu diante de mim, e talvez pela primeira vez na minha vida, eu aprendi, em toda a sua pura e tocante beleza, a sublimidade do pensamento cristão¹²⁸.

A 31 de Agosto de 1918 descansava de todos os seus trabalhos e deixava grande saudade a todos que com ele privaram, ordenando por escrito que desejava um funeral de pobre, pois como pobre vivera toda a vida: «Pobre quero morrer em obediência e acatamento às sábias leis da Igreja Católica»¹²⁹. Proibiu qualquer elogio fúnebre, sempre mais propícias a enaltecer as vaidades do mundo. A fama de santidade, traduzida na vida e obra de tão santo Prelado, aguarda o juízo da Igreja que anseia vê-lo nos altares.

3. A BULA DA CRUZADA E A ECONOMIA DO SEMINÁRIO 1852-1911

O Romano Pontífice Pio IX, em 1856, destinou os rendimentos da Bula da Cruzada à criação de novos seminários e melhoria dos já existentes, como já foi referido. Os rendimentos da Bula, administrados por uma Junta administrativa, sob directa jurisdição do Governo, atribuiu importâncias significativas aos seminários portugueses. No que se refere ao Seminário de Nossa Senhora da Conceição, vejamos como essas verbas foram outorgadas em cada um dos anos. Até 1866 não temos dados que nos permitam fornecer as importâncias anuais, mas somente a partir de 1867, como consta nos mapas da Junta Geral da Bula da Cruzada, e até 1911, data da extinção da Bula¹³⁰.

1852-1866	26.625\$798
1867	3.808\$000
1868	2.700\$000
1869	4.103\$760
1870	3.700\$000
1871	3.700\$000
1872	4.700\$000
1873	4.400\$000
1874	4.900\$000
1875	6.500\$000
1876	6.500\$000
1877	6.500\$000
1878	5.000\$000
1879	5.000\$000
1880	5.180\$000
1881	4.000\$000
1882	4.000\$000
1883	3.500\$000
1884	3.000\$000
1885	2.500\$000
1886	2.000\$000
1887	2.000\$000
1888	2.000\$000
1889	2.000\$000
1890	1.800\$000
1891	2.000\$000
1892	2.000\$000
1893	2.300\$000
1894	2.300\$000
1895	2.300\$000
1896	2.300\$000
1897	2.300\$000
1898	2.300\$000
1899	2.773\$870
1900	2.776\$696
1901	2.500\$000
1902	3.125\$017
1903	3.348\$850
1904	3.400\$245
1905	3.297\$169
1906	3.322\$044
1907	3.358\$686
1908	4.383\$721
1909	4.240\$589
1910	4.437\$970

Estas verbas, ainda que sempre bem recebidas, representavam uma mínima contribuição para fazer face a todas as despesas relacionadas com o sustento do Seminário.

Os valores das fontes de ingressos e de saídas, relativas aos anos citados, estão em anexo no presente trabalho¹³¹, cabendo-nos neste epígrafe destacar a origem das receitas do cofre do Seminário justificando, igualmente, as saídas.

As maiores fontes de rendimento provinham da contribuição das paróquias, as quais, consciencializadas da importância da formação dos futuros presbíteros, correspondiam generosamente à solicitação anual do Seminário. Os juros de inscrições, as mesadas, as matrículas e o subsídio da Câmara Municipal perfazem o segundo grupo de maior contribuição económica. Outros rendimentos de menor relevância referem-se às cercas, foros e laudémios, rendas, propinas, indultos quaresmais e exercícios espirituais. Como consta no mencionado relatório, entre os anos de 1881 e 1883, o Cardeal D. Américo dispensou ao Seminário a quantia de cerca de 10.000\$000 réis. A estas entradas há, ainda, a registar a quantia anual da Bula da Cruzada, sempre bem recebida e devidamente reconhecida como provam as palavras do Cardeal D. Américo:

Qualquer, porém, que seja tal abatimento, quer no passado, quer no futuro, a concessão do subsídio é sempre graciosa mercê, devida à benignidade do Governo de Sua Majestade e da Ex.ma Junta Geral da Bula, e por mim gratamente reconhecida em meu nome e no dos meus diocesanos.

As despesas, muitas vezes minoradas graças à generosidade de tantos benfeitores, atingiam valores elevados, obrigando a grandes esforços. Ainda assim, o Seminário sempre procurou dispensar o melhor cuidado aos alunos, professores, e demais empregados. O maior gasto refere-se á alimentação de todos. Se a estas despesas somarmos as que se relacionam com a lavagem da roupa, manutenção da casa, limpeza, iluminação, seguros e enfermaria, então podemos afirmar que sustentá-la só foi possível graças ao sacrifício de muitas almas generosas. Uma das características pelas quais se definia um bom Seminário, na opinião de Ferreira Pinto, era o cuidado com a alimentação dos alunos. Tão importante era este aspecto que, como podemos verificar, não haveria qualquer inconveniente em sacrificar outros, como possivelmente seria o ordenado dos professores. Constatamos que alguns dispensaram qualquer tipo de retribuição pelos serviços prestados, o que deixa bem patente a generosidade e desprendimento destes ministros. O mesmo podemos afirmar dos empregados. Pelas verbas men-

cionadas, e tendo em conta o número de pessoal necessário para atender nos diversos serviços da casa, deduzimos que os ordenados recebidos apenas lhes bastaria para fazer face às necessidades mais básicas. Isto não significa que com eles não se usasse da maior justiça, antes revela o espírito de dedicação e sacrifício dos empregados da Casa.

A maior despesa relaciona-se com a dotação e conservação do Seminário. Recordemos que neste período de tempo foi restaurada toda a casa, abandonada havia já bastante tempo, procedeu-se à construção de mais um edifício para alojamento dos alunos e planificou-se a construção da Biblioteca. Esta, além da necessária construção do edifício, foi dotada de grande número de livros. Era indispensável despende de alguma verba para proceder a trabalhos de manutenção e conservação dos mesmos. Outras despesas de pequeno porte relacionam-se com cercas e abegoarias, assim como da restituição de mesadas.

O balanço final é positivo se tivermos em conta a finalidade da Obra, mas seria no mínimo injusto não reafirmar o espírito de sacrifício de quantos mais directamente serviram o Seminário. Graças aos professores, empregados e benfeitores, na sua maioria diocesanos particulares e sacerdotes, a dotação do Seminário e sua manutenção teria sido impossível, assim como receber tão elevado número de alunos e a muitos conduzir ao ministério do altar.

4. ATÉ ÀS VÉSPERAS DO CONCÍLIO VATICANO II

Deste período histórico não dispomos de grande informação sobre a acção pastoral dos Prelados em relação aos Seminários. Este facto deve-se à não publicação das cartas pastorais dos Prelados em questão. A modo de apontamento deixaremos alguma referência acerca das principais medidas adoptadas pelos mencionados Bispos, como é nosso propósito, uma vez que nos parece mais relevante, no que se refere ao Seminário, a acção episcopal de D. Américo e de D. António Barroso.

Desde 1919 até 1952 sucederam-se na Mitra do Porto, D. António Barbosa Leão, D. António Augusto de Castro Meireles e D. Agostinho de Jesus e Sousa, os quais serviram a Diocese com grande dedicação e solicitude pastoral, sem nunca esquecer a obra dos Seminários, tão acariciada e protegida pelos seus antecessores.

D. António Barbosa Leão (1919-1929) dispensara sempre, ao longo do seu episcopado em outras dioceses, especial atenção à Obra dos Seminários. No Porto, depois da República apoderar-se do Seminário dos Carvalhos, D. António providenciou a sua substituição. Para esse

feito abriu cursos de preparatórios em diferentes casas e no Seminário de Nossa Senhora da Conceição. Em 1919, estabeleceu os primeiros anos de preparatórios no Paço da Torre da Marca e em 1922 adquiriu o edifício e a Quinta que pertencia às Salésias, na rua do Vilar. Em Novembro, desse ano, o estabelecimento religioso foi aberto¹³². Em 1927, o mesmo edifício foi dotado com um novo pavilhão para salão de estudo e salas de aulas¹³³.

D. António Augusto de Castro Meireles (1929-1942) abriu, em 1930, o Seminário de Gaia, na Quinta de Trancoso, com 31 alunos. Em 1938, D. António Augusto inaugurou, na casa doada à Diocese por D. Maria Margarida Peixoto Guimarães e Silva, o primeiro pavilhão que em Outubro desse ano recebeu 81 alunos. No ano seguinte, e após a abertura de um outro pavilhão, a frequência ascendeu a 125 alunos. O terceiro pavilhão concluir-se-ia em 1961. O primeiro Reitor deste Seminário foi o Cónego Manuel Nédio de Sousa, desde 1930 a 1962, ano em que lhe sucedeu o Padre José da Silva Ramalho. Por este estabelecimento passaram, desde a sua fundação até 1963, cerca de 923 estudantes. Só no 2º e 3º anos de preparatórios, em 1963, estavam inscritos 177 alunos.

Também no episcopado de D. António Augusto começou a funcionar o 1º curso de preparatórios, no Colégio-Seminário de Ermesinde, instalado no antigo Convento de Nossa Senhora do Bom Despacho da Mão Poderosa, em tempos pertencente aos Agostinhos Descalços. As aulas conheceram três períodos distintos: de 1929-1930; 1932-1938 e de 1948 em diante. Desde este último foi Director do Colégio o Monsenhor Miguel Estêvão de Faria Sampaio até 1960. Em total, o Colégio recebeu, até 1963, cerca de 1627 alunos.

No pontificado de D. António Augusto foi assinada a Concordata entre Portugal e a Santa Sé. No que se refere aos Seminários, o Estado reconheceu e restituiu à posse da Igreja portuguesa todos os bens, móveis e imóveis, que se lhe haviam tomado, desde que não classificados como património nacional ou estivessem a serviço dos interesses públicos¹³⁴.

D. Agostinho de Jesus e Sousa (1942-1952) na saudação pastoral, no início do seu pontificado, dirigiu-se aos seminaristas pedindo-lhes responsabilidade no estudo e verdadeiro espírito de oração. É evidente que D. Agostinho vinha para continuar a tradição do Cardeal D. Américo, segundo o qual, como já vimos, fazia pautar a vida do Seminário pelas mesmas duas normas essenciais: estudo e vida de piedade. D. Agostinho conhecia com profundidade a actividade do Seminário, Visitador Apostólico dos seminários portugueses, visitara os Seminá-

rios do Porto nos anos de 1933 e 1939. Já nesse tempo, segundo ele, apreciou os progressos e os esforços empreendidos nesses estabelecimentos eclesiásticos, dando isso mesmo a saber nos relatórios enviados à Santa Sé. O maior mal que havia de ser combatido seria a ignorância do clero: *...um padre ignorante não pode nos tempos actuais exercer de modo eficaz o apostolado*¹³⁵. Por esses anos estava a ser concluído o Seminário de Trancoso, da iniciativa de D. António Augusto de Castro Meireles e para essa finalidade D. Agostinho apelava à generosidade dos fiéis:

*Grande será a nossa consolação, quando virmos concluído o edificio do Seminário de Trancoso, que virá a ser um dos melhores do país, e, por certo, o que melhor perpetuará a memória do Nosso Antecessor*¹³⁶.

Estas palavras sintetizam perfeitamente a alegria de qualquer Prelado desejoso de servir bem ao rebanho a ele confiado. A obra dos Seminários diocesanos muito deve à acção dos sucessivos Prelados que ocuparam a Cátedra portuense, dando cumprimento às normas ditadas pelo Romano Pontífice, sempre disposto a abençoar e a apoiar a fundação de Seminários nas dioceses portuguesas.

No seu labor apostólico, os Bispos do Porto, pareciam não descansar enquanto não levantassem mais um edifício, restaurassem outro, dotassem as casas de boas bibliotecas e, sobretudo, de superiores e professores à altura de tão nobre missão como esta, de ser apóstolo de apóstolos.

CONCLUSÃO

O Concílio de Trento, atento à formação dos candidatos ao sacerdócio, em meados do século XVI, decretou a fundação dos Seminários diocesanos, como meio de combater a ignorância que grassava no mundo clerical e precaver os cristãos das investidas do protestantismo nascente. Esta medida singular na História da Igreja veio pôr de manifesto o desejo de muitos religiosos e Prelados que, insistentemente, pediam a Roma uma resolução nesse sentido.

A fundação do Seminário Episcopal do Porto foi tardia, embora isso não signifique um desinteresse por parte dos Bispos diocesanos, em relação a tão importante tema. Entre outras circunstâncias devemos destacar a fundação de um Colégio jesuíta, na cidade do Porto, além da acção educacional de outras Ordens religiosas, as quais ministravam estudos em diversas áreas, o que contribuiu para a demorada

fundação do Seminário. A juntar a estes factores, não podemos ignorar o parco interesse votado ao assunto por parte do Cabido catedralício, e outros eclesiásticos seculares, receosos de ver affectados os seus proventos em benefício de dita Instituição.

Após a conturbada época da primeira metade do século XIX na qual se fundou o primeiro seminário diocesano e se procedeu à sua extinção, D. João de França Castro e Moura, em 1862, reabre os estudos eclesiásticos em regime de internato, suspensos desde 1832, no antigo Convento dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, ou Colégio de S. Lourenço, onde até à actualidade funciona o Seminário diocesano.

Mas somente no episcopado do Cardeal D. Américo, a Diocese do Porto pôde contemplar a organização interna da Instituição ao ponto de podermos considerar esse período como a inauguração da época de ouro do Seminário do Porto. As condições soció-políticas não eram mais favoráveis que em tempos passados, mas a vontade determinante do Prelado levou à execução da ansiada reforma dos estudos eclesiásticos. Os Estatutos, dados em 1872, garantiram o êxito do bom funcionamento da Casa em todos os aspectos da vida comunitária. Estudo e oração formavam as máximas adoptadas por D. Américo. Além do mais, a construção do novo edifício no Seminário para albergar mais alunos, contribuiu para um maior acolhimento de jovens, assim como a fundação do Seminário de preparatórios, nos Carvalhos.

Seu sucessor, D. António José de Sousa Barroso, prosseguiu na mesma linha e logrou ter um Seminário invejado por muitos. A este Prelado lhe tocou auferir da sementeira de D. Américo. O número de desistências, no seu pontificado, foi reduzido aproximando-se, quase por igual, ao número de inscritos e de ordenados, nesse período. A criação de uma Biblioteca mais digna para o Seminário foi iniciativa de D. António. A verificação dos frutos da acção formativa do Seminário do Porto haveria que procurá-la nos meios rurais e urbanos da Diocese onde, certamente, o Povo de Deus nos daria uma resposta, no mínimo surpreendente, quando os ouvíssemos falar desses sacerdotes educados na grande escola da vida, que foi o seu Seminário.

A isso se dedicou a Instituição, a formar bons padres, estruturando a personalidade e o carácter de tantos jovens, que mesmo não chegando ao sacerdócio reconhecem os benefícios de tão grata formação.

NOTAS

1. Cf. ADP, *Cartório do Cabido da Sé do Porto*, doc. 1650, ff. 30-33.
2. D. João de França nasceu a 19 de Março de 1804 na freguesia de S. Cosme, em Gondomar. Aos onze anos acompanhou seu tio, o Dr. José de França Castro e Moura, Vigário Geral da Comarca de Penafiel. Em 1820 ingressou no Seminário do Porto onde estudou francês, retórica e teologia. Depois de haver passado por Lisboa partiu para Macau, como missionário, no primeiro de Abril de 1825, onde chegaram sete meses depois para concluir os seus estudos. Ordenado em Macau viajou até Nanquim onde foi nomeado Vigário Geral em 1830. Três anos depois, foi enviado a Pequim onde recebeu a nomeação episcopal, em 1838. Depois de diversas vicissitudes partiu para Timor, em 1850, e daí para Lisboa, em 1853. A 27 de Fevereiro de 1862 foi eleito bispo do Porto e, após confirmação da Santa Sé, recebeu a ordenação episcopal na igreja do Loreto, a 29 de Junho, conferida pelo Nuncio Apostólico, assistido por dois bispos resignatários de Cabo Verde.
3. Cf. REIS, A. Sousa, *Apontamentos para a História da Cidade do Porto*, BPMP, t. III, ff. 323s.
4. Consta no relatório enviado pelo Cardeal D. Américo ao Governo em 1872, ano em que tomou posse da Diocese do Porto. Cf. PINTO, António Ferreira, *Actividade Pastoral*, *op. cit.*, p. 11.
5. ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, *op. cit.*, III, p. 41.
6. Cf. *Ibidem*, p. 584.
7. Este programa, assim como a selecção dos manuais e a escolha dos professores não seriam alheios às normas ditas pela Santa Sé, de 3 de Julho de 1862, aos prelados portugueses, alertando para o perigo da infiltração de doutrinas erróneas nos estudos dos Seminários portugueses. Cf. EC 855.
8. PINTO, António Ferreira, *Actividade Pastoral*, *op. cit.*, pp. 21-26.
9. Estas medidas foram aprovadas pelo Conselho de professores no dia 15 de Novembro de 1866, reunido no Paço Episcopal, sob a presidência do Prelado diocesano. Assinaram a acta: António Roberto Jorge, José Simões Gomes, Manuel Filipe Coelho, António Alves Mendes da Silva Ribeiro e João Álvares de Moura. No dia seguinte à sua discussão e aprovação, o Regulamento foi assinado por D. João de França.
10. Realizaram-se a: 24 de Dezembro de 1866; 4 e 6 de Junho de 1867; 23 e 24 de Dezembro de 1868; 1 de Junho de 1869; 3 de Junho e 4 de Outubro de 1871; 3 de Junho e 3 de Outubro de 1872.
11. PINTO, António Ferreira, *Actividade Pastoral*, *op. cit.*, p. 24.
A última acta, antes da posse do Cardeal D. Américo, é a de 3 de Outubro de 1871. Nela constam os exames dos alunos referentes aos três anos, a quem não se dificultou a vida, atendendo, talvez, à chegada de um novo Prelado.

12. Seu pai fora cônsul da Bélgica, deputado em diversas legislaturas e presidente da Associação Comercial do Porto, além de condecorado, em 1850, com o título de Barão de Santos.
13. Numa alocução às meninas do asilo de Vilar, D. Américo recorda os tempos da infância: ... *Tinha eu pouco mais idade do que as meninas, e passava muitas vezes por esta rua a caminho para a escola, onde meus pais me mandaram desde muito pequeno.* Cf. SILVA, D. Américo, *Obras Pastorais, op. cit.*, II, p. 256.
14. Após a expulsão dos religiosos nas medidas anticlericais de 1834 muitos frades abandonaram o País buscando meios de sobrevivência, que apesar das promessas, não auferiam em Portugal. Esse foi o caso do Doutor Fr. José da Sacra Família, Eremita Descalço de Santo Agostinho. Nasceu em S. Miguel de Argivai, na Póvoa de Varzim, em 1788. Estudante da Faculdade de Coimbra doutorou-se no ano de 1814 em Sagrada Teologia e em 1821, em Filosofia. Leccionou no Colégio das Artes em Coimbra e também em Lisboa. Secularizado em 7 de Maio de 1835 passou a ser conhecido por Doutor José da Silva Tavares. Fundou o colégio Luso-Brasileiro onde estudaram os filhos de importantes famílias de Portugal e do Brasil. Por dificuldades de ordem financeira teve que fechar o Colégio, no ano de 1843. Faleceu em Inglaterra, depois de haver passado por Alemanha, a 14 de Setembro de 1858 no exercício das ordens, assistindo às exéquias o Cardeal Wiseman e custeando as despesas do funeral D. Antónia Adelaide Ferreira e seu marido Francisco José da Silva Torres.
15. Efectuou os estudos de preparatórios sob vigilância e direcção do Padre Jerónimo da Costa do Rosário que morava na freguesia de Lordelo do Ouro. Cf. PINTO, António Ferreira, *In Memoriam, no Primeiro Centenário do Nascimento do Senhor Cardeal D. Américo, Bispo do Porto*, Tipografia Porto Médico, Porto 1930, p. 7.
16. Em virtude deste cargo, anos mais tarde, o Arcebispo de Braga criticava D. Américo pela suposta influência deste na passagem de algumas paróquias de Braga para a diocese do Porto: *Sua Excelência fôra meretíssimo juiz, mas ao mesmo tempo, parte muito interessada.* Cf. MATOSO, José, *História de Portugal, op. cit.*, V, pp. 274-275.
17. Vide Eduardo C. GONÇALVES, *A Associação Católica do Porto há 125 anos, Contributo para a sua história*, Associação Católica do Porto, Porto 1997, 70 pp.
18. Cf. FERNANDES, Raul Matos, *Jornais do Porto (1896-1925)*, Coimbra ed., Coimbra 1978.
19. Das ruínas do Seminário de Santo António edificou-se o Colégio dos Orfãos, fundado pelo Padre Baltasar Guedes e hoje sob responsabilidade dos Salesianos.
20. A partir de 1866 dois industriais, Diogo e André Cassels, introduziam na cidade comunidades protestantes. Nos anos 70 estavam consolidadas as comunidades episcopalista, liderada por Thomas Rope; presbiteriana, em torno de Robert Stewart; metodista promovida pelos irmãos Cassels e o movimento congregacionista promovido pela família Roughton. Nos inícios de 80 seria a vez da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica. Vide Carlos AZEVEDO, *Vida e Obra do Cardeal D. Américo*, «Lumen» 4 (1999) 244; Vide Luís AGUIAR SANTOS, *A primeira geração da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (1876-1902)*, «Lusitania Sacra» VIII-IX (1996-1997) 299-360; Vide A pastoral sobre o protestantismo de 30 de Setembro de 1878:
O documento é extenso e divide-se em quatro partes: Obrigação do Prelado zelar pela fé; Defesa da autoridade da Igreja Católica; Refutação do erro fundamental do Protestantismo, o livre exame; Refutação dos principais erros do protestantismo, males que eles produzem. Cf. SILVA, D. Américo, *Cartas Pastorais, op. cit.*, I, pp. 105-187.

21. A 11 de Fevereiro de 1878, D. Américo publicou uma Provisão na qual dava conhecimento do falecimento do Papa Pio IX. O sentimento pelo sucessor de Pedro era de grande veneração expressado anualmente, entre 1872-1877, no aniversário da sua eleição com um solene *Te Deum*. Esta celebração sempre foi contestada pelos anti-liberais que se manifestavam à porta da catedral e em frente à Associação Católica. Nunca D. Américo temeu a turba popular e sempre deu provas evidentes de valentia e coragem. Cf. FERREIRA, J. Augusto, *Cardeal D. Américo*, «O Tripeiro» 3 (1926) 41; «A Palavra» 268 (1873).
22. *Se o santo Job no maior extremo da sua pobreza, no mais profundo das suas magoas e no mais culminante das suas dores, invocava, e lhe era conforto, a comiserção dos amigos, também nós, caros diocesanos, submetido aos toques da mão do Senhor, sentimos alívio e conforto em nossos sofrimentos ao invocar e receber vossos donativos para o Vigário de Cristo na terra ocorrer às necessidades da Igreja, de que somos filhos*. Cf. SILVA, D. Américo, *Obras Pastorais*, op. cit., II, p. 125.
23. Em tempos de Diocleciano viveram quatro irmãos que eram cristãos. Foram encarcerados e obrigados a adorar uma divindade pagã, mas eles não se dispuseram a tal. Então flagelaram-nos até à morte e seus corpos foram expostos na praça para serem comidos pelos cães. Como estes não lhes tocaram os cristãos tomaram os seus corpos e deram-lhe sepultura cristã na via Lavicana. O Papa Melquíades mandou celebrar a festa do seu martírio a 8 de Novembro com o título dos *Quatro Coroados* por se ignorarem seus nomes. O martirologio romano diz-nos que foram Severo, Severiano, Carpóforo e Vitorino. O Pontífice Honório dedicou-lhes uma igreja, a dos *Quatro Santos Coroados*, e este título, desde tempos antigos, foi concedido a cardeais. Cf. PALAU, José, *La Leyenda de oro para cada día del año: vidas de todos los Santos que venera la Iglesia*, IV, Librería de Razola, Madrid 1845, p. 228.
24. Cf. SCHMIDLIN, Augusto José, «*El mundo Secularizado*», *Historia de la Iglesia*, I, dirigida por A. Fliche e V. Martin, Edicep, Valencia 1985, p. 440.
25. Cf. «Diário do Governo» 122 (31.5.1879).
26. Cf. FERREIRA, J. Augusto, *Memórias Archeológico-históricas da Cidade do Porto*, op. cit., II, p. 577.
27. Vide Eduardo C. GONÇALVES, *O Círculo Católico de Operários do Porto e o Catolicismo Social em Portugal (1898-1910)*, Círculo Católico de Operários do Porto, Porto 1998, 131 pp.
28. Cf. AZEVEDO, Carlos A., *Vida e Obra do Cardeal D. Américo no centenário da sua morte*, «Lumen» 4 (1999) 246.
29. Este assunto mereceu importância a partir do suicídio, na Praça da Batalha, do Padre António Augusto Tavares, Pároco de Tabuaço, que fora reprovado no exame sinodal. Cf. PINTO, António Ferreira, *D. Américo, Cardinal-Bispo do Porto, 1830-1930*, op. cit., pp. 59-60.
30. Cf. FERREIRA, J. Augusto, *Cardeal D. Américo*, «O Tripeiro» 7 (1926) 123-124.
31. GUEDES, Armando Marques, *Esboço da História da Cidade do Porto*, Lello & Irmãos, Porto 1958, p. 144.
32. CASTRO, João Baptista, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, III, Lisboa 1870, p. 378.
33. JORGE, Ricardo, *Origens e desenvolvimento da população do Porto*, «O Tripeiro» 52 (1909), 247-248.
34. DE LAVIGNE, A. Germonde, *Espagne et Portugal*, Librairie Hachette, Paris 1890, p. 678.
35. Cf. PERES, Damião, *História da Cidade do Porto*, op. cit., III, p. 466.

36. Almeida Garrett, o pai do romanticismo português, estudou em Coimbra, ocupou cargos da magistratura e foi deputado às Cortes. Recebeu inúmeras condecorações em Portugal e no estrangeiro. Das suas obras destacamos: *Frei Luís de Sousa*; *Viajens na minha terra*; e *O Arco de Sant'Ana. Manuscrito achado no convento dos Grillos do Porto, por um soldado do Corpo Académico*. A colectânea das suas obras, onde podemos encontrar discursos relacionados com a actividade política que desempenhou, encontram-se em *Obras Completas de Almeida Garrett*.
37. Vide Ricardo PINTO MATTOS, *Manual Bibliográfico Portuguez, de livros raros, clássicos e curiosos, revisto e prefaciado pelo Camilo Castello Branco*, Gérard Th. Van Heusden, Amsterdão 1971, pp. 137-141.
38. Deixou-nos um único volume de poesias de 1856. Faleceu aos 23 anos de idade.
39. Como historiador do burgo portuense foi um dos seus melhores biógrafos. Entre 1857 e 1867 publicou *O Génio do Mal*; *Poemas e Contos*; *Verdades e Ficções*; *Um Motim há cem anos*; *O Sargento-mor de Vilar*; *O Segredo do Abade*; *A Última dona de S. Nicolau, o Filho da Baldaia e A Caldeira de Pero Botelho*. Postumamente foram publicadas *El Rei Dinheiro e Balio de Leça*. Sobre Garrett e Arnaldo Gama. Vide Carlos de Passos, *Dois românticos. Garrett e Arnaldo Gama*, «Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos» 4 (1957) 1-63.
40. Suas principais obras foram *As Pupilas do Senhor Reitor*; *A Morgadinha dos Canaviais*; *Os Fidalgos da Casa Mourisca e Uma Família Inglesa*.
41. Entre outras obras escreveu *Farpas*; *John Bull e a sua Ilha*; *A Holanda*.
42. Publicou a sua primeira obra aos 16 anos intitulada *Análise da crença cristã*. Autor da *Ideia de Deus*, possuía profundos conhecimentos de espanhol, francês, italiano, inglês, alemão, latim e grego. Caracterizava-se pelas suas reflexões filosóficas e foi director da Biblioteca Pública Municipal do Porto.
43. A obra que melhor o define é *Só*. Homem melancólico, sofredor e angustiado. A enfermidade foi companheira e alento para a redacção desta obra.
44. Cf. PERES, Damião, *História da Cidade do Porto*, III, Portucalense ed., Porto 1965, pp. 451-452.
45. Cf. ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, III, p. 398.
46. ADP, *Circular de 15 de Julho de 1862*, doc. 1650, pp. 129-131.
47. Cf. MATOSO, José, *História de Portugal, op. cit.*, V, p. 270.
48. Foi publicada a Sentença executória e as provisões com a nova circunscrição diocesana. SILVA, D. Américo, *Obras Pastorais, op. cit.*, I, pp. 243-246; Cf. *Ibidem*, II, pp. 134-143.
49. *Vai encontrar males muito inveterados para os poder extirpar: já que, porém, não é possível corrigir o passado, prepare no seminário um futuro melhor para esta diocese que bem o merece. Atente no seu seminário: dê-lhe o impulso que uma diocese destas reclama e até donde a acção do Governo chegar e for preciso conte com o auxilio dele*. Cf. Discurso escolar de 1875-1876, *In Memoriam, op. cit.*, p. 23.
50. Datam as portarias de 18 de Março de 1873, 19 de Novembro de 1874, 21 de Janeiro e 16 de Dezembro de 1876.
51. Cf. PINTO, António Ferreira, *Actividade Pastoral, op. cit.*, p. 25.
52. PINTO, António Ferreira, *In Memoriam...*, *op. cit.*, p. 29.
53. Os Estatutos foram publicados em 1886 e 1901.
54. SILVA, D. Américo, *Obras Pastorais, op. cit.*, I, pp. 30-42.
55. Cf. *Ibidem*, pp. 147-150.
56. Cf. *Ibidem*, pp. 157-159.
57. Cf. *Ibidem*, pp. 159-161.
58. Cf. *Ibidem*, pp. 162-165.

59. Cf. *Ibidem*, pp. 165-168.
60. Cf. *Ibidem*, pp. 168-171.
61. Passados cinco anos vê-lo-emos a Vice-Reitor do Seminário do Porto, Dr. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro, natural da freguesia de Miragaia, da cidade do Porto.
62. Cf. SILVA, D. Américo, *Obras Pastorais, op. cit.*, II, pp. 171-174.
63. Cf. *Ibidem*, pp. 174-177.
64. Cf. *Ibidem*, pp. 177-179.
65. Cf. *Ibidem*, pp. 179-181.
66. Cf. *Ibidem*, pp. 182-184.
67. Cf. *Ibidem*, pp. 185-187.
68. Cf. *Ibidem*, pp. 188-190.
69. Cf. *Ibidem*, pp. 191-193.
70. Cf. *Ibidem*, pp. 194-197.
71. Cf. *Ibidem*, pp. 197-200.
72. Cf. *Idem*, pp. 200-203.
73. Cf. *Ibidem*, pp. 203-206.
74. Cf. *Ibidem*, pp. 206-209.
75. Foram seus pais António de Sousa e Eufrásia Barroso, dois modestos lavradores.
76. Neste Colégio formaram-se alguns membros do episcopado português, que logo foram às missões:
D. João Gomes Ferreira, bispo de Cochim, D. António de Medeiros, bispo de Macau, D. Sebastião José Pereira, bispo de Damão, D. António José de Sousa Barroso, bispo de Moçambique, D. Henrique Reed da Silva, bispo de Meliapor, D. Mateus de Oliveira Xavier, bispo de Goa, D. José Alves Martins, bispo de Cabo Verde e D. José Bento M. Ribeiro, bispo de Cochim. Cf. Afonso, Manuel Castro, *O Seminário das Missões de Cernache do Bonjardim 1791-1991*, Cucujães ed., Cucujães 1992, p. 24.
77. Cf. BRÁS, Sebastião de Oliveira, *Esboço biográfico de D. António Barroso*, Livraria Portuguesa ed., Porto 1921, p. 17.
78. ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal, op. cit.*, III, p. 637.
79. Vide António BRÁSIO, *D. António Barroso, missionário, cientista missiólogo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa 1961, pp. 1-173.
80. «Comércio de Portugal» 2171 (3 de Outubro de 1886).
81. Acerca da acção intelectual, científica e missionário de D. António Barroso Vide António BRÁSIO, *D. António Barroso, missionário cientista e missiólogo, op. cit.*, pp. 175-344.
82. Vide D. Francisco FERREIRA SILVA, *A Obra Missionária na Província de Moçambique*, Porto 1911, Sebastião DE OLIVEIRA BRÁS, *Esboço biográfico de D. António Barroso, op. cit.*, pp. 37-46; 65-71.
83. Cf. ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal, op. cit.*, III, p. 632.
84. SÁ, Adriano, *As minhas recordações pessoais do Senhor D. António Barroso*, «O Tripeiro» 3 (1946) 95.
85. Cf. BRÁSIO, António, *Esboço biográfico de D. António Barroso, op. cit.*, pp. 77-93.
86. Cf. *Ibidem*, p. 587.
87. LEAL, Gomes, *Carta ao Bispo do Porto, O Jesuíta e o mestre escola*, Empresa de História de Portugal, Lisboa 1901.
88. MATTOSO, José, *História de Portugal, op. cit.*, VI, p. 406.
89. Vide Fernando CATROGA, *O laicismo e a questão social em Portugal (1865-1911)*, «Análise Social» XXIV (1988) 211-273.

90. BRUNO, Sampaio, *A Questão Religiosa*, Lello & Irmão, Porto 1907, pp. 421-422.
91. Cf. NETO, Vitor Manuel Pereira, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*, Faculdade de Letras, Coimbra 1996, p. 266.
92. Vide Carlos OLIVEIRA, *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, Companhia Portuguesa ed., Porto 1914.
93. Estes e muitos outros aspectos foram, pormenorizadamente, tratados por autores e comentaristas da época. Vide João Telo DE MAGALHÃES COLAÇO, *O Regime de Separação*, «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra» XXXIX-XL (1917-1918) 564-706.
94. MATTOSO, José, *História de Portugal*, op. cit., VI, p. 405.
95. Cf. OLIVEIRA, Miguel, *A propósito da Lei da Separação*, «Novidades» (1966) 23-35.
96. Nesse momento o Partido Republicano Português já se encontrava dividido em Partido Democrático, em União Republicana e em Partido Evolucionista.
97. «Diário do Governo» 214 (9-12-1917).
98. Os prelados portugueses, inicialmente, procuraram a simpatia da nova ordem política abrindo caminho para a participação dos católicos em todos os campos sociais, de um modo especial na política. Assim, D. António Barbosa Leão, Bispo do Algarve e D. Augusto Eduardo Nunes, Arcebispo de Évora mostram o respeito pelo poder instituído desejando ver respeitado o bom nome da Igreja católica. Cf. NETO, Vitor Manuel Pereira, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*, op. cit., p. 276.
99. CATROGA, Fernando, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, I, Coimbra 1988, p. 347.
100. Cf. PACHECO, A. Ayres, *A Expulsão do Senhor Patriarcha D. António I, Documentos para a história da perseguição religiosa em Portugal*, Tipografia e Papelaria Académica de Pires & Companhia, Lisboa 1912, pp. 20-21.
101. MARQUES, A.H. Oliveira, *Nova História de Portugal*, XI, Editorial Presença, Lisboa 1991, p. 501.
102. PINTO, António Ferreira, *Memória histórica e comemorativa...*, op. cit., pp. 95-96.
103. *Mas não posso deixar de referir-me duma maneira muito especial aos professores e ao pessoal desta casa que em 1910 ou 1912, ficando o Seminário sem nada, absolutamente sem nada, inclusivamente o mobiliário que só podia ter sido tirado, foi de uma dedicação verdadeiramente inexecedível.* Cf. *Seminário de Nossa Senhora da Conceição, in Gratidão e Justiça, homenagem dos discípulos...*, op. cit., p. 9.
104. PINTO, António Ferreira, *Memória Histórica e comemorativa...*, op. cit., p. 92.
105. Cf. PINTO, António Ferreira, D. António Barroso, *Um herói da epopeia no Ultramar*, op. cit., p. 87.
106. Cf. EC 1295.
107. Entre 1911 e 1913, aquando do exílio D. António ordenou a 63 sacerdotes em Remelhe: 1911-23 sacerdotes; 1912-20 sacerdotes; 1913-20 sacerdotes. Cf. PINTO, António Ferreira, *D. António Barroso, Um herói da epopeia no Ultramar*, op. cit., p. 98.
108. *Ibidem*, p. 95.
109. D. Teotónio Manuel Ribeiro Vieira de Castro, 15-8-1899, D. António Moutinho, 6-1-1902, D. José Correia Cardoso Monteiro, 28-5-1905, D. António Barbosa Leão, 28-8-1906, D. Sebastião Leite de Vasconcelos, 2-2-1908 e D. Manuel Luís Coelho da Silva e D. José Alves Matoso, 21-3-1915.
110. Vide *Appunti per la Storia della Fondazione del Collegio Portoghese in Roma*, Tip. Forense, Roma 1901.

111. Cf. CUNHA, Amadeu, *Jornadas e outros trabalhos do Missionário Barroso*, Lisboa 1938, pp. 173s.
112. Nascido em 1848 viajou, muito jovem, a Roma onde realizou estudos em Belas Artes e Matemática. Aí casou fazendo do seu lar o ponto de encontro de todos os portugueses visitantes da Cidade Eterna. Com um profundo sentimento patriótico, ansiava ver em Roma um Colégio lusitano que dignificasse a Pátria, a exemplo das pequenas e grandes nações. Em 1900, em virtude do Colégio se tornar uma instituição oficial da Santa Sé, António Brás viu-se forçado a afastar-se da vida privada da Instituição, a qual atingira maior categoria e prestígio que o idealizado por ele. Viria a falecer a 5 de Março de 1911.
113. Natural de Penacova desenvolveu e terminou os seus estudos em Roma no ano de 1895. Três anos depois era nomeado Reitor de Santo António dos Portugueses. Viria a falecer na sua terra natal.
114. Este compromisso assumido diante do Romano Pontífice Leão XIII, a 17 de Julho de 1900, levou o Papa a nomear o Visconde Cavaleiro da Suprema Ordem de Cristo. Em 1919, Bento XV condecorava-o com a Ordem do Esporão de Ouro, habitualmente conferida aos chefes de Estado.
115. Cf. CASTRO, José, *O Cardial Nacional*, Lisboa 1942, pp. 444s.
116. Aquando do Inquérito para o processo de beatificação da Serva de Deus, o Visconde da Pesqueira dava o seguinte testemunho:
Creio que embora ela não me tivesse sugerido a ideia da fundação em Roma do Colégio Português, foi a sua lembrança que me levou a essa fundação: muitas vezes me tinha falado na necessidade da formação do Clero e do grande bem que daí resultaria; mas nunca me disse uma palavra a respeito do Colégio. Fui para Roma sem nele também pensar, e em Roma, ao lembrar-me da Irmã Maria do divino Coração e do que ela me tinha dito, é que senti despertar-se em mim a ideia da fundação; e como a atribuí desde então à inspiração da Superiora, procurei que o Colégio fosse consagrado ao Sagrado Coração de Jesus; e nele mandei colocar o retrato da Irmã Maria do Divino Coração, que recebi do pai dela. Tão persuadido estava de que era uma inspiração da Irmã Maria do Divino Coração que, tendo resolvido desde o princípio consagrar o Colégio a Nossa Senhora de Lourdes, mudei de resolução, e na mesma hora em que na Villa Borghese o Senhor Bispo de Meliapor consagrava o Colégio, então ali instalado, ao Sagrado Coração, eu e a minha mulher repetíamos essa Consagração em Paray-le-Monial; esta convicção era também a do Pai da Serva de Deus que todas as vezes que ia a Roma visitava o Colégio, como sendo uma inspiração da Irmã Maria do Divino Coração. Cf. Os Seminário em Portugal, op. cit., p. 37.
117. Cf. «A Palavra» (9 de Janeiro de 1901).
118. Cf. *Epist. Ad Card. Patr. Lisbonen. Et alios Episc. Lusitanae, 8 Dec. 1949*. EC, 1129.
119. Nesse mesmo ano o Cardeal Pizzardo, Prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e Estudos Universitários, dirigiu uma carta ao Patriarca de Lisboa com vista a animar o episcopado português a enviar um maior número de alunos ao Colégio Português de Roma, num discurso apologetico acerca da ciência, disciplina e santidade que se procura fomentar nos Colégios Romanos:
Os acontecimentos que durante certo tempo dificultaram a vida católica dessa nobilíssima Nação passaram felizmente. Hoje, graças à maternal predilecção da Virgem de Fátima, a fé e a piedade do povo português voltaram a ser dignas da sua passada história. Este rejuvenescimento católico facilita a actividade apostólica, cria-lhe também novas exigências e deveres. Aos graves problemas, que as condições do nosso tempo põem ao ministério sacerdotal, juntam-se naturalmente os originados pela própria intensificação da vida cristã e pela necessidade urgente de fazer chegar o espírito e a luz do Evangelho a todos os sectores

da vida e da cultura. Parece por isso evidente que o número e a qualidade dos alunos do Pontifício Colégio Português em Roma tem de aumentar ainda mais, para corresponder eficazmente às modernas necessidades. Foi prevenendo estas exigências futuras que Leão XIII escreveu na carta já citada: «Mandem-me alunos de todas as dioceses de Portugal, assim do Continente como do Ultramar; e mandem-me dois, ao menos, de cada diocese do Continente». Esperamos que este número será suficiente para as necessidades actuais. De harmonia com este mandato do Papa e segundo o que os novos tempos aconselham, desejamos ver preenchido o Colégio Português de estudantes escolhidos. Seria a maneira mais profícua de celebrar o seu cinquentenário. EC 2172.

120. As que mais alunos enviou, nesse ano, foram Braga 49; Angra 41; Porto 34; Lisboa 30; Leiria 26; Goa 23; Lamego e Coimbra 21. Cf. *Os Seminários em Portugal*, op. cit., pp. 42-43.
121. Cf. PINTO, António Ferreira, *Cabido da Sé do Porto, sua atitude perante a República*, «Lumen» 3 (1939) 662.
122. Vide José Adílio MACEDO, *D. António Barroso, Afonso Costa e a Pastoral Colectiva*, «Lusitânia Sacra» VI (1994) 327-353.
123. Ferreira Pinto, no artigo que encontramos publicado na *Lumen*, juntou uma nota manuscrita na qual refere que Correia Pinto lhe fornecera esta informação, a qual pode corresponder à verdade, uma vez que a leitura não foi suspensa nos meios rurais, onde esse risco não era tão evidente.
124. Cf. PINTO, António Ferreira, *Cabido da Sé do Porto...*, op. cit., p. 625.
125. Cf. ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, op. cit., III, p. 590.
126. BASTO, A. Magalhães, *Um Apóstolo nos tribunais*, «O Tripeiro» 3 (1946) 51-52.
127. DANTAS, Júlio, *O Bispo do Porto D. António Barroso*, «O Tripeiro» 17 (1926) 264.
128. PINTO, António Ferreira, *D. António Barroso...* op. cit., p. 2.
129. Estes dados foram recolhidos da *Consulta da Junta Geral da Bula da Cruzada, 1868-1880; Conta da Junta Geral da Bula da Cruzada e Consulta para subsídios dos Seminários, 1882; Contas da Administração da Junta Geral da Bula da Cruzada e Relatório dos Subsídios distribuídos aos Seminários, 1882-1911*.
130. Cf. Apêndice Documental, Anexo II, Mapa Estatístico 5, *Movimento económico entre 1881-1911*.
131. ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, op. cit., III, p. 591.
132. Cf. Comissão Episcopal para a disciplina dos Seminários, *Os Seminários em Portugal Estudo comemorativo do Decreto Tridentino e da sua execução em Portugal*, Gráfica de Coimbra, Coimbra 1964, p. 99.
133. Cf. EC 2070.
134. DIAS, Augusto, *Bispos do Porto frente a frente*, edições Beira e Douro, Porto 1970, p. 41.
135. *Ibidem*, p. 42.

ÍNDICE DO EXCERPTUM

APRESENTAÇÃO	329
ÍNDICE DA TESE	331
BIBLIOGRAFIA DA TESE	335
SIGLAS E ABREVIATURAS DA TESE	341
O SEMINÁRIO DO PORTO (1862-1949)	343
1. REABERTURA DO SEMINÁRIO EPISCOPAL (1862-1872)	343
1.1. D. João de França Castro e Moura	344
1.2. O primeiro livro de actas do Conselho de Professores	345
2. A ÉPOCA DE OURO DO SEMINÁRIO DO PORTO (1872-1918)	346
2.1. O Cardeal D. Américo (1872-1899)	346
2.1.1. Contexto social, cultural e religioso do seu tempo	349
2.1.2. O Reformador do Seminário do Porto	353
2.1.3. Os Estatutos de 1872	355
2.1.4. Discursos e alocuções	355
2.2. D. António Barroso (1899-1918)	370
2.2.1. Contexto social e político do seu pontificado	372
2.2.1.1. O fim do Regime Concordatário	373
2.2.1.2. Os anos difíceis das primeiras Repúblicas	375
2.2.1.3. A Desamortização de 1911 e o Seminário do Porto	376
2.2.1.4. A fundação do Colégio Português de Roma .	378
2.2.2. Tempo de provação	380
3. A BULA DA CRUZADA E A ECONOMIA DO SEMINÁRIO 1852-1911 ..	383
4. ATÉ ÀS VÉSPERAS DO CONCÍLIO VATICANO II	386
CONCLUSÃO	388
NOTAS	391
ÍNDICE DO EXCERPTUM	399